



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2023

No dia 07 de dezembro 2023, na modalidade híbrida, via Plataforma *Teams* e, presencialmente, na Sala de Reuniões nº 902 do Edifício sede do Ministério do Trabalho e Emprego, localizado na Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF, foi realizada a Quarta Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti).

Estiveram presentes na reunião os seguintes membros: **Representantes do Governo Federal:** Roberto Padilha Guimarães e Luíza Carvalho Fachin, representantes titular e suplente respectivamente do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Francisco Coullanges Xavier, representante suplente do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); Andreia Figueira Minduca, representante suplente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC); Erasto Fortes Mendonça, representante titular do Ministério da Educação (MEC); Duílio Mocelin Cardoso, representante titular do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); Anne Caroline Luz Grudtner da Silva e Maria Augusta Rodrigues Gomes, representantes titular e suplente respectivamente do Ministério da Saúde (MS); **Representantes dos Trabalhadores:** Telma Maria Cardia e Iara Alvarenga Freire, representantes titular e suplente respectivamente da União Geral dos Trabalhadores (UGT); Maria das Mercês Silveira Coutinho, representante titular da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB); **Representantes dos Empregadores:** Raíssa Macedo Lacerda Osorio e Magno da Silva Correia, representantes titular e suplente respectivamente da Confederação Nacional do Transporte (CNT); Joicy Damares Pereira, representante titular da Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde); Lucas Marinho Lima, representante suplente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Bruno da Silva Vasconcelos, representante suplente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Alessandra Dias da Cruz, representante titular da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); Andrea Carolina da Cunha Tavares, representante suplente da Confederação Nacional do Turismo (CNTur); **Representante do Sistema de Justiça:** Luísa Carvalho Rodrigues, representante titular do Ministério Público do Trabalho (MPT); **Representantes da Sociedade Civil Organizada:** Katerina Volcov, representante titular do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI); Marta Volpi, representante titular do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda); **Convidados Permanentes:** Maria



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

39 Claudia Falcão e Laura Diaz, representantes titular e suplente respectivamente da
40 Organização Internacional do Trabalho – OIT; **Convidados Especialistas:** Ana
41 Beatriz do Amaral Cid Ornelas, representante do Tribunal Superior do Trabalho e
42 Bruna Gama Bacelar, representante da Polícia Rodoviária Federal (PRF);
43 **Convidados:** Willian Eleutério Azevedo dos Santos, representante do Comitê de
44 Participação Adolescente do Conanda (CPA); Regina Estela Martins Duarte,
45 representante do Comitê Nacional de Adolescentes e Jovens para a Prevenção e a
46 Erradicação do Trabalho Infantil (Conapeti); Vívian Rossane Silva Guedes Siqueira,
47 representante da Rede de Adolescentes e Jovens do FNPETI. **Demais presentes:**
48 Renato Santos, representante da Fundação Abrinq; Anderson Fernandes Ferreira
49 da Silva e Erika Daniele Marques Barboza Teles.

50 **Abertura:** O Sr. Roberto Padilha Guimarães inicia a reunião cumprimentando
51 todos e todas e apresenta a pauta. Destaca que a reunião terá como foco: os
52 pontos de controle dos grupos de trabalho – o grupo de trabalho do fluxo nacional
53 e o grupo de trabalho do plano nacional; a pauta relacionada ao conceito de
54 trabalho infantil doméstico trazida pelo Fórum Nacional de Prevenção e
55 Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), por meio da Sra. Katerina Volcov; a
56 pauta legislativa relacionada ao trabalho infantil; o detalhamento de um trabalho
57 que está sendo feito pelo governo brasileiro com participação de entidades
58 sindicais de trabalhadores e empregadores que são as mesas de Fronteira para o
59 combate ao trabalho infantil no âmbito do Mercosul; a candidatura do Brasil como país
60 pioneiro na Aliança 8.7 e o que isso implicará nas funções da Conaeti; uma
61 proposta de ação temática sobre o trabalho infantil na Amazônia que já vem sendo
62 tratada no MTE; as questões das comissões estaduais de prevenção e erradicação
63 do trabalho infantil, que também já foram comentadas na Comissão. Para finalizar,
64 será falado sobre o Relatório 2023 do Departamento de Trabalho dos Estados
65 Unidos, relacionado ao Trabalho Infantil no Brasil, e então, será fechada a agenda
66 de Reuniões Ordinárias para 2024.

67 O Sr. Roberto Padilha Guimarães confirma se todos estão de acordo com a pauta
68 e, como não houve manifestações, considerou a pauta aprovada e deu início ao
69 primeiro item da pauta que trata do ponto de controle dos dois grupos de trabalho
70 presentes no âmbito da Conaeti: o grupo de trabalho que trata do fluxo nacional
71 e o grupo de trabalho que trata do plano nacional. Em seguida, solicita ao Sr.
72 Francisco Coullanges Xavier do MDS, que coordena o grupo de trabalho do fluxo,
73 que informe como está o andamento dos trabalhos e quais são as perspectivas
74 para os próximos meses.

75 O Sr. Francisco Coullanges Xavier começa cumprimentando todos e todas e, em
76 seguida, relata que embora não se recorde a data, fez uma reunião com um



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

77 determinado grupo temático, onde foi repassado um pouco do que tinha sido feito
78 na última gestão do ano passado, com relação ao fluxo nacional. Ele informa que,
79 no ano passado, foi possível sondar alguns municípios com experiências de fluxo,
80 sendo um de cada região, mas que, via de regra, estavam muito associados à
81 assistência social ou tinham sido desenvolvidos pelo Sistema Único de Assistência
82 Social local. Afirma que o MDS recebeu uma sugestão de fluxo que está no
83 Caderno do PETI de 2018 e que foi feito um histórico de como foram as reuniões
84 do ano passado, em que foram ouvidos representantes do Conselho Tutelar, na
85 época do MMFDH, atual Ministério dos Direitos Humanos. Em sua opinião, essa é
86 uma das instituições que mais deve gerar reflexões. Cita também que outros
87 órgãos foram chamados como a Coalizão pela Socioeducação e que foi deixado
88 em aberto para outros membros poderem fazer suas sugestões e o que havia sido
89 fechado no ano passado e se retomou hoje foi uma primeira sugestão do que seria
90 esse fluxo nacional, baseando-se nas experiências municipais e ouvindo esses
91 outros membros que foram convidados livremente. Comenta que, na época, a
92 PIB- Associação Brasileira de Povos Indígenas também foi convidada e, embora
93 não se recorde se teria convidado a Fenatrad, a Coalizão pela Socioeducação
94 esteve presente e que foram vistos modelos de alguns municípios. Explica que
95 todo o material levantado foi colocado no aplicativo Canvas e que foi
96 disponibilizado o *link* para as pessoas poderem colaborar, mas informa que, até
97 aquele momento, não tinha havido colaborações. Cita que ficou combinado, no
98 ano passado, que depois que esse arcabouço estivesse fechado dentro do grupo,
99 seria apresentado, dentro da plenária, por conta de questões a serem resolvidas,
100 por exemplo, o papel da auditoria fiscal do trabalho e que depois isso seria
101 submetido a uma consulta pública a órgãos específicos, mas também à sociedade
102 de um modo geral. Assim, haveria um tempo para a sociedade contribuir e que,
103 depois, fariam uma sistematização das contribuições recebidas e, ao final, o
104 material seria tratado como uma resolução conjunta entre Conaeti e Conanda,
105 definindo também o papel do Conselho Tutelar, pois não foi encontrado nas
106 normativas algo mais direcionado e se constatou que há muitas dúvidas na ponta
107 sobre a atribuição do Conselho Tutelar para o trabalho infantil. Depois, houve
108 dúvida sobre um possível aguardo da consultoria da OIT sobre o fluxo, pois havia
109 uma consultoria em andamento sobre o plano. Comenta que houve um grande
110 progresso sobre o fluxo desde o ano passado. Ele volta a dizer que o *link* está
111 disponível para quem queira ver o modelo atual e finaliza dizendo que já está
112 disponível também uma sugestão do que seria esse fluxo nacional, mas que os
113 estados e municípios poderiam fazer adaptações de acordo com suas realidades
114 sem sair muito do desenho original.



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

115 O Sr. Roberto Padilha Guimarães pergunta se há alguma agenda de reuniões.
116 O Sr. Francisco Coullanges Xavier acha que foi dado um mês para o recebimento
117 de contribuições e que não foram fechadas as datas.
118 A Sra. Katerina Volcov, como participante de um grupo de trabalho, pergunta se
119 haverá o momento de trocas entre os grupos e diz que seria importante fazer essas
120 trocas antes da plenária. Pergunta se há previsão no cronograma para isso.
121 O Sr. Roberto Padilha Guimarães pergunta se seria do produto final.
122 A Sra. Katerina Volcov responde que seria antes do produto final.
123 O Sr. Roberto Padilha Guimarães indaga se o grupo de trabalho já chegou a pensar,
124 dentro do desenvolvimento do fluxo, essa questão de talvez uma prévia dos
125 trabalhos ser encaminhada para os demais integrantes poderem contribuir ou
126 abrir uma oportunidade e disponibilizar esse quadro que está sendo desenhado e
127 qual seria o momento em que poderia ocorrer.
128 O Sr. Francisco Collanges Xavier responde que tinham pensado em fechar dentro
129 do grupo de trabalho e apresentar em um momento posterior para os demais
130 membros da Comissão, mas que não haveria problema em já disponibilizar o
131 acesso. Disse que poderá dar mais alguns dias para o grupo fechar uma primeira
132 proposta e, se ninguém se manifestar, poderá encaminhar o *link* no grupo da
133 Conaeti.
134 O Sr. Roberto Padilha Guimarães comenta que o mesmo poderá ser feito pelo
135 grupo de trabalho do plano nacional: o grupo também poderia fechar a proposta
136 e passar para os demais membros da Comissão.
137 O Sr. Francisco Coullanges Xavier comenta que o fato de apresentar na plenária
138 não significa que já esteja fechado e que poderá sim ser mudado, ser discutido e
139 refeito. A questão é o que irá ser colocado antes da consulta pública. A Conaeti
140 tem que ter essa clareza e a certeza do que irá ser apresentado para a sociedade
141 contribuir, mas, mesmo depois da consulta pública, terão que rever, reexaminar.
142 Ele afirma que passará o *link* na próxima semana, após as contribuições do grupo
143 de trabalho.
144 O Sr. Roberto Padilha Guimarães comenta que está perfeito e diz que, da parte da
145 Coordenação Nacional, que também realiza a coordenação do GT do plano
146 nacional, irão trazer um pouco dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos. O
147 grupo de trabalho do plano nacional teve a sua primeira reunião e vários pontos
148 foram discutidos, entre eles: a extensão e a complexidade do plano e que querem
149 um plano completo, mas sem muita complexidade, para que seja acessível para a
150 maioria das pessoas. Explica que foi levantada também uma questão sobre
151 alteração do prazo de vigência do plano, que não chegou a ser muito aprofundada,
152 mas que muitos integrantes do grupo se mostraram simpáticos a essa ideia de um



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

153 prazo de vigência maior porque o plano atual é de quatro anos. A ideia colocada
154 foi de um plano com vigência de oito anos e que haveria uma determinada data
155 para a sua revisão. Isso pouparia um pouco do trabalho porque a elaboração de
156 um plano não é fácil e de quatro em quatro anos é um período relativamente
157 curto, mas é uma questão que ainda está em discussão e que será trazida para o
158 âmbito da Conaeti. Ressalta que a questão do monitoramento do plano também
159 foi trazida à discussão no grupo de trabalho e que os instrumentos existentes para
160 esse monitoramento são manuais, por meio de documentos que eram pequenas
161 fichas escritas e que a ideia seria tentar estabelecer um sistema de
162 monitoramento informatizado. Cita que há um sistema já conhecido: o Monitora
163 8.7 da OIT. Pensam em utilizar esse sistema para o monitoramento do plano.
164 Finaliza afirmando que gostaria de ouvir a Sra. Maria Cláudia Falcão, da OIT, sobre
165 a possibilidade de concretização de uma consultoria nesse sentido.

166 A Sra. Maria Claudia Falcão diz que essa consultoria vem em razão de um projeto
167 de cooperação com Ministério Público do Trabalho e que o projeto já está em vias
168 de aprovação e que, provavelmente, no início do ano janeiro e fevereiro já terão
169 o recurso disponível, mas ela acha que mais importante do que o recurso seria
170 identificar o consultor ou a consultora e que isso será fundamental para o sucesso
171 da elaboração do plano porque já houve experiências passadas onde alguém não
172 foi escolhido corretamente e isso dificultou muito o trabalho do grupo. Ela acha
173 que, durante esse período, até ter a efetivação, poderiam pensar em possíveis
174 nomes. Sugere também fazer uma chamada aberta ou identificar possíveis
175 pessoas para que elas possam fazer suas propostas, e então, com todos os critérios
176 da OIT atendidos, será possível avaliar a melhor proposta. Finaliza afirmando que
177 tem uma preocupação muito grande com a escolha do consultor. Em sua opinião,
178 não deveriam chegar somente com um consultor, mas que seria importante
179 receber algumas propostas, fazer uma consulta e identificar certas pessoas para
180 que façam suas propostas.

181 O Sr. Roberto Padilha Guimarães fala que está perfeito e cita dois outros pontos
182 que foram trazidos: a questão da necessidade de rediscutirem o conceito do
183 trabalho infantil e de reforçarem contra o marco cultural que defende o trabalho
184 infantil, que ainda perdura em nossa sociedade. Comenta que também foi
185 estabelecida uma agenda de reuniões para o grupo de trabalho do plano nacional.
186 Há três reuniões agendadas: nos dias nove e dezesseis de janeiro e no dia
187 dezesseis de fevereiro. E, como encaminhamento, ficou estabelecido para cada
188 órgão e entidade, que faz parte do terceiro plano, preencher o instrumental de
189 monitoramento e avaliação do plano, para poderem compor as informações
190 necessárias para um balanço do terceiro plano e que não seria propriamente um



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

191 monitoramento, mas seria cada órgão preencher o instrumental informando o
192 que fez e o que não fez e suas causas e, claro, que a pandemia vai ser um fator
193 realmente relevante na questão de inexecução de algumas ações. Esses balanços
194 ocorrem tradicionalmente em todos os planos e poderá servir como parte do novo
195 plano. Ele informa que também foram encaminhados para os integrantes do grupo
196 uma base com todos os planos anteriores - o primeiro, o segundo e o terceiro.
197 Conclui dizendo que foram esses pontos discutidos no grupo de trabalho do plano
198 nacional e que também já foram definidos os eixos e a matriz operacional e que o
199 objetivo do grupo é agilizar o máximo possível sem perder a qualidade. Por fim,
200 ele passa a palavra para manifestações.

201 A Sra. Marta Volpi complementa dizendo que foi proposto trabalhar sobre o
202 conceito de trabalho infantil e o marco cultural e também o conceito dos trabalhos
203 infantis, tendo em vista as novas formas que têm sido vivenciadas, apresentadas,
204 e termina agradecendo.

205 O Sr. Roberto Padilha Guimarães relata que foi bem lembrado, agradece pelas
206 observações e pergunta se há mais alguma manifestação. Depois de um breve
207 silêncio, ele prossegue dizendo que foi vencido o primeiro ponto da pauta: o ponto
208 de controle dos grupos de trabalho. Conclui que os grupos de trabalho continuam
209 e que, no momento em que for fechada a agenda das reuniões ordinárias, serão
210 estabelecidas as reuniões ordinárias da plenária, mas os grupos de trabalhos
211 continuam trabalhando especialmente neste período de férias com o objetivo de
212 a Conaeti conseguir vencer essas duas primeiras grandes tarefas da Comissão que
213 são o fluxo nacional e o plano nacional. Em seguida, anuncia que irão para o
214 segundo plano de pauta: a questão do conceito do trabalho infantil doméstico.
215 Essa pauta foi um pedido da Sra. Katerina Volcov. No mês de setembro, a Auditoria
216 Fiscal do Trabalho fez o primeiro operativo nacional de combate ao trabalho
217 infantil doméstico. Nesta ação, foram retirados do trabalho infantil doméstico
218 cento e doze adolescentes e, então, ocorreu um evento de divulgação dos
219 resultados e apresentações sobre o trabalho infantil doméstico. A partir desse
220 evento, a Sra. Katerina Volcov pediu um ponto de pauta para levantar essa
221 questão do conceito do trabalho infantil doméstico e trazer a debate na reunião.

222 A Sra. Katerina Volcov relata que, no dia dezenove de outubro, estava em
223 Aparecida, São Paulo, por conta do evento da TRT da Décima Quinta Região sobre
224 o trabalho infantil. Ela recebeu mensagens no celular a respeito da apresentação
225 que teria sido feita tanto pela internet quanto presencialmente pela Escola
226 Nacional da Inspeção do Trabalho e que era um painel sobre “Trabalho Infantil:
227 Uma Realidade Invisível” e que está disponível no Youtube.



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

228 A Sra. Katerina Volcov diz que na minutagem *cinquenta e um minutos e dezoito*
229 *segundos* há um *slide* com um conceito sobre trabalho infantil: “Trabalho infantil
230 doméstico é aquele prestado por criança ou adolescente *com finalidade não*
231 *lucrativa* a pessoa física ou a família no âmbito residencial dessas”. Ela fala que
232 chegavam mensagens até ela no sentido de que existe trabalho infantil
233 remunerado e não remunerado, na própria família ou em casa de terceiros. Ela
234 fala sobre uma pesquisa que fez na biblioteca do Fórum e cita o livro “Trabalho
235 infantil e o trabalho infantil doméstico no Brasil de 2012 e 2013”, em que já se tem
236 esse conceito, apresentado pelo Fórum, sobre o que é trabalho infantil e que é
237 definido como “toda prestação de serviço continuada, remunerada ou não,
238 realizada por pessoas com idade inferior a dezoito anos, para terceiros ou para sua
239 própria família. No Brasil, compreende também as atividades realizadas por
240 crianças e adolescentes na sua própria unidade familiar, comumente chamada de
241 afazeres domésticos”. Em seguida, ela expõe outros livros que fizeram parte de
242 sua pesquisa: “Em busca da infância perdida”, “Comunicação e trabalho infantil
243 doméstico: política, poder e resistência” - uma pesquisa muito bem feita e
244 publicada pela editora da Federal da Bahia -, “Crianças esquecidas: o trabalho
245 infantil doméstico no Brasil”, “O trabalho infantil doméstico em João Pessoa
246 relatório de mestrado em psicologia social” e “O trabalho oculto de crianças e
247 adolescentes explorados nos serviços domésticos na cidade do Recife”.

248 A Sra. Katerina Volcov ressalta que já se tem um arcabouço teórico crítico sobre
249 o que é trabalho infantil. Explica que fica complicado um órgão que tem
250 responsabilidade como a SIT ou o Ministério do Trabalho, em relação ao trabalho
251 infantil doméstico, colocar algo com finalidade não lucrativa. Ela se refere aos
252 participantes da reunião como formadores de opinião, responsabilizando-os,
253 inclusive, a si mesma também, sobre colocações que terão um grande alcance.
254 Observa que aquela apresentação já teve mais de mil e quinhentas mil
255 visualizações só pela internet. Ela pergunta ao Sr. Roberto Padilha Guimarães o
256 porquê de “com finalidade não lucrativa” sendo que já se tem todo esse solo e
257 conceito trazido e, mesmo assim, isso foi apresentado em um seminário, onde
258 estavam assistindo várias pessoas de vários fóruns que lhe mandaram mensagens.
259 Ela afirma que isso gera dúvidas posteriormente.

260 O Sr. Roberto Padilha Guimarães explica que é preciso estabelecer alguns pontos.
261 Em primeiro lugar, o contexto, em que ocorreu a apresentação, era de combate
262 ao trabalho infantil na casa de terceiros. O Plano Nacional declara que o conceito
263 de trabalho infantil é “remunerado ou não remunerado” e essa questão não tem
264 a ver com a finalidade não lucrativa. A referência à finalidade não lucrativa é uma
265 referência aos dois conceitos legais que existem de trabalho doméstico no Brasil,



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

266 que são os conceitos presentes na Lei Complementar n. 150 e na Lei Previdenciária
267 nº 8.112.

268 O Sr. Roberto Padilha Guimarães lê o conceito de trabalho doméstico presente na
269 Lei Complementar n. 150, de 2015: “Art. 1º Ao empregado doméstico, assim
270 considerado aquele que presta serviço de forma contínua, subordinada, onerosa
271 e pessoal e de finalidade *não lucrativa* à pessoa ou à família, no âmbito residencial
272 destas...”

273 O Sr. Roberto Padilha Guimarães afirma que essa questão de não lucrativa está
274 relacionada à ideia de que o trabalho doméstico não está em um entendimento
275 econômico, o que não quer dizer, por exemplo, que o trabalho não possa de
276 alguma forma acarretar um lucro. Mas, na situação acaba levando à diferenciação
277 do trabalho em domicílio, por exemplo, porque esse trabalho diferencia se uma
278 criança ou adolescente estivesse trabalhando em uma máquina de costura para
279 uma empresa com a finalidade lucrativa, então a Lei Complementar 150 aborda
280 isso.

281 O Sr. Roberto Padilha Guimarães lê o parágrafo único da lei que está sendo
282 comentada: “Parágrafo único. É vedada a contratação de menor de 18 (dezoito)
283 anos para desempenho de trabalho doméstico...”. Ele prossegue lendo o artigo 15,
284 inciso II, da Lei nº 8.212, de 1991, que define como: “empregador doméstico - a
285 pessoa ou família que admite a seu serviço, sem finalidade lucrativa, empregado
286 doméstico”. Em seguida, ele conclui que essa menção a “sem fins lucrativos” -
287 havendo alguns que se referem ainda ao termo “sem natureza econômica” - é no
288 sentido de estar ou não em um empreendimento econômico, fazer essa diferença.
289 Em termos de direitos da criança ou adolescente, estar realmente em trabalho
290 doméstico é uma pior forma, há esse agravante. Então, existe essa diferenciação.
291 O conceito de trabalho doméstico envolve essa questão de âmbito residencial,
292 mas com um pequeno detalhe: o âmbito residencial não é apenas a residência, ele
293 se projeta para além da residência, conforme defende a doutrina. Ele levanta o
294 seguinte exemplo: se um auditor fiscal do trabalho encontra uma babá
295 adolescente, sem idade para trabalhar e cuidando de uma criança em uma praça.
296 Ele identifica aquele caso como trabalho doméstico, pois é o âmbito residencial
297 que se projeta e não significa dentro das quatro paredes da residência, mas ele se
298 projeta, seja para casa de praia, seja até para o supermercado ou seja para
299 qualquer lugar. Então, essa questão do âmbito residencial se projeta, devido ao
300 trabalho no âmbito familiar. Finaliza indagando se a ideia ficou clara.

301 A Sra. Katerina Volcov relata que não sabe se fica claro para quem não tem o
302 conhecimento do direito específico. Exemplifica que o grupo não tem como
303 resolver o problema da educação do país, por não ser do âmbito deles, mas que a



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

304 questão deu margem a uma série de discussões que ela, enquanto Fórum, recebeu
305 e que por isso trouxe a questão para ser pensada em como pode ficar mais claro
306 quando se está falando sobre o trabalho infantil doméstico.

307 O Sr. Roberto Padilha Guimarães relata que o objetivo foi exatamente nessa linha,
308 de tentar simplificar, pois se fosse colocado o conceito do Plano Nacional, que é
309 um conceito amplo e técnico, seria ainda mais difícil a compreensão pelo grande
310 público. Então, o objetivo foi colocar o conceito do trabalho doméstico presente
311 na Lei Complementar, que fala direto com componente do trabalho de pessoas
312 abaixo de dezoito anos, no caso no trabalho infantil doméstico - pessoas abaixo
313 dos dezoito anos trabalhando dentro dessas características dos trabalhos
314 domésticos: trabalho sem finalidade lucrativa, a pessoa ou a família, não é para
315 uma empresa. Nesse caso, diferencia uma pessoa que trabalha em uma máquina
316 de costura dentro da sua casa, aí então a diferenciação. Esses são elementos que
317 caracterizam: sem lucro a uma pessoa ou família no âmbito residencial e que o seu
318 objetivo foi apenas simplificar, citando o trabalho infantil e incluindo o conceito
319 do trabalho doméstico que já está na lei.

320 A Sra. Maria Cláudia Falcão pede para que repitam se o trabalho doméstico, nesse
321 conceito, é na casa de terceiros ou entra também em ser feito na sua própria casa.
322 O Sr. Roberto Padilha Guimarães responde que o conceito utilizado pela Lei
323 Complementar 150, quando cita a palavra “empregado”, seria na casa de
324 terceiros.

325 A Sra. Maria Cláudia Falcão fala que acha importante essa discussão, mas que
326 gostaria de adicionar mais uma questão: os afazeres domésticos e como isso está
327 sendo contabilizado pelo IBGE, pois hoje o afazer doméstico não é contabilizado
328 como trabalho infantil. Ela diz que lembra que houve um grupo de discussão
329 instituído pelo próprio Ministério e pelo IBGE para tratar do tema e que se concluiu
330 que somente o trabalho na casa de terceiro entraria nessa contabilização. Ela diz
331 que foi iniciada uma discussão bem interessante, sem ter chegado a um consenso
332 e então tudo aconteceu e se paralisou. Finaliza afirmando ser importante retomar
333 a questão e acredita que o IBGE está aberto a incluir o afazer doméstico como
334 trabalho infantil, só que é preciso compreender qual é esse afazer doméstico, que
335 realmente prejudica o desenvolvimento da criança.

336 O Sr. Roberto Padilha Guimarães observa que antes de chamar a Sra. Marta Volpi,
337 que levantou a mão, diz à Sra. Katerina Volcov, que o objetivo é esclarecer todos
338 os pontos e se, realmente, não ficaram claros naquela data, e se muitos se
339 manifestaram, poderão levantar as questões e verificar a forma mais adequada de
340 tratá-las quando a Comissão for lidar com a temática do trabalho doméstico. E,
341 sobre o tema abordado pela Sra. Maria Cláudia Falcão, ele afirma que existem dois



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

342 problemas com o trabalho infantil quando é realizado na própria casa da criança
343 ou do adolescente: 1) quando há atividades econômicas, por exemplo, em uma
344 pequena propriedade rural - quando a criança e o adolescente vão ali à lavoura da
345 pequena propriedade; ou 2) os afazeres domésticos. A questão seria se haveria
346 essa divisão entre o trabalho econômico para a própria família ou o trabalho
347 doméstico para a própria família ou se seria um só tipo de trabalho em regime
348 familiar. Ele diz que é uma questão para ser discutida. Do que se trataria? Se
349 pensarmos na causa do trabalho, se não for um problema de cadeia produtiva,
350 que é outra coisa, a causa para as duas situações é a mesma. É o pai, a mãe ou a
351 família que levam a criança realmente a substituir as atividades que deveriam ser
352 da infância por trabalhos nas próprias residências para a família ou trabalhos nos
353 negócios da família. A causa seria a mesma, mas se deverão categorizar como o
354 mesmo, seria algo para ser discutido pela Comissão.

355 A Sra. Marta Volpi comenta que foi colocada, na reunião do grupo de trabalho, a
356 necessidade de tratar dessas definições e que há toda uma discussão social, como
357 colocado pela Sra. Katerina Volcov, sobre o limite do que se poderia considerar
358 como trabalho infantil, como, por exemplo, arrumar uma cama e a partir de qual
359 momento poderão considerar que é trabalho infantil e não um afazer doméstico
360 simples e educativo. Ela afirma que seria importante que o GT trabalhasse esses
361 conceitos e que avançassem nessa discussão porque de fato foi um assunto que
362 ficou em aberto. Finaliza dizendo que a definição desses conceitos é importante
363 para saberem o que deverão pesquisar e para que os dados realmente reflitam o
364 que se quer saber.

365 Em seguida, o Sr. Roberto Padilha Guimarães passa a palavra para a Sra. Luísa
366 Carvalho Rodrigues do Ministério Público do Trabalho.

367 A Sra. Luísa Carvalho Rodrigues deseja boa tarde a todos e prossegue sua fala,
368 partindo de um ponto bem legalista e, olhando o artigo da lei, a sua análise não se
369 restringiria à residência de terceiros porque, quando a lei se refere a outros casos
370 de terceiros, ela faz expressamente declarando “a pessoa ou a família no âmbito
371 residencial dessas”, ou seja, na residência de uma pessoa ou família. A lei não
372 declara que é outra família que não a própria família, o fato de ser empregado leva
373 a um outro conceito por poder se tratar de um trabalhador doméstico ou
374 empregado doméstico, duas formas diferentes. A relação de trabalho é mais
375 ampla do que a relação de emprego, tecnicamente falando, e que existe
376 reconhecimento de vínculo de emprego dentro da própria família do trabalhador
377 adulto, uma esposa que trabalha na casa pode ter esse vínculo reconhecido com
378 relação ao próprio marido, por exemplo. Deve-se pensar por que o trabalho
379 doméstico ou de cuidados não são vistos como trabalho, muitas vezes se for no



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

380 âmbito da própria família, essa é uma discussão que acontece tanto para a
381 trabalhadora adulta quanto também e, principalmente, deveria acontecer com
382 relação à criança e ao adolescente, por ser um grupo prioritário na hora de
383 proteger como já se sabe. Relata que a sociedade tem um histórico de escravidão
384 muito maior do que não escravidão e que houve, na verdade, uma abolição formal
385 e que já se sabe que os pós abolição não apresentou o rompimento com essas
386 estruturas, com esse racismo estrutural e também com a sociedade patriarcal e
387 machista. Então, esse trabalho é relegado à mulher. As trabalhadoras domésticas
388 em geral são mulheres e negras, isso se reflete também com relação a
389 adolescentes. Ela menciona a necessidade de se ter esse olhar transversal e esse
390 cuidado, além de achar que mais importante do que conceitos para dados do IBGE,
391 claro que os dados são importantes para se pensar e executar políticas públicas,
392 mas, mais importante do que isso é a definição do conceito, pois podem estar
393 deixando crianças e adolescentes desatendidos. Ela diz que deveriam pensar mais
394 sobre isso para evitar algum retrocesso social e menciona que, assim como a Sra.
395 Katerina Volcov comentou, ela também em todas as suas falas e que inclusive há
396 um *podcast* do MPT sobre o tema e sempre partiram da premissa de ser ou "na
397 sua residência ou fora" e que isso não seria restritivo da relação de trabalho ou
398 emprego. Claro que o trabalho doméstico se relaciona com as atividades
399 domésticas que, como o Sr. Roberto Padilha Guimarães mencionou, pode se
400 projetar para fora. De acordo com a sua análise, enquanto Ministério Público do
401 Trabalho, é que o fato de ser na casa da própria família em nada alteraria essa
402 situação. Acredita que a diferenciação, colocada pela Sra. Maria Cláudia com
403 relação ao afazer doméstico, é importante, mas não é fundamental. Afirma que
404 fundamental é entender que o trabalho doméstico pode acontecer dentro ou fora
405 de casa, na família ou fora dela. Para ela, essa seria a premissa e que a análise da
406 diferenciação poderia se dar como no exemplo das análises dos casos de trabalho
407 escravo e condições degradantes em que se entra em uma margem de
408 subjetividade, mas que há uma técnica no momento de fazer a configuração do
409 trabalho escravo por condição degradante. Conclui afirmando que podem
410 também trabalhar em uma técnica para fazer essa diferenciação. Por exemplo, a
411 adolescente está trabalhando, cuidando dos irmãos para que a sua mãe possa
412 trabalhar, logo, ela está desempenhando uma atividade para que o adulto tenha
413 uma liberação e, ainda que ela nada receba da sua família, isso contribui para a
414 renda familiar. Volta a enfatizar que não se pode retroceder e que entende que o
415 que foi falado naquele momento foi apenas o que estava na lei e que os
416 questionamentos, que a Sra. Katerina Volcov recebeu, têm muito a ver com o
417 linguajar jurídico e cita que, inclusive, saiu um pacto do CNJ para que se



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

418 descomplicuem esses discursos, por meio da utilização de uma linguagem mais
419 simples. Observa que é preciso “colocar o dedo na ferida” porque esses assuntos
420 têm de ser tratados e que se os presentes na reunião pretendem ficar na Comissão
421 Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil ou em qualquer outro espaço em que
422 se discuta trabalho infantil tentar passar “empurrando por debaixo dos panos” -
423 não que ela esteja dizendo de forma alguma que esse foi o caso, mas que se isso
424 não for discutido, debatido e conversado a fundo, não poderão se aprofundar,
425 evoluir ou construir com o IBGE essa visão. Finaliza afirmando que queria trazer
426 esse questionamento e que pessoalmente não tinha se preocupado e nem sentiu
427 nada problemático durante o evento, em relação a isso, mas que entendeu os
428 questionamentos que a Sra. Katerina Volcov trouxe e que, quando pensam na
429 questão da finalidade lucrativa em termos jurídicos, pensam na perspectiva do
430 empregador e que isso pode gerar muita confusão.

431 O Sr. Roberto Padilha Guimarães passa a palavra à Sra. Katerina Volcov.

432 A Sra. Katerina Volcov diz que, ouvindo atentamente, ficou pensando, a partir da
433 Lei Complementar e a partir de tudo isso, de todos os relatos de trabalhadoras
434 infantis domésticas que muitas vezes elas não eram daquelas famílias, saíam de
435 um estado e iam para outro como filhas de criação, e que aquele livro que ela
436 mencionou trata justamente da problemática das filhas de criação. E quando se
437 fala da finalidade não lucrativa, vai bem ao encontro do que a Sra. Luísa Carvalho
438 Rodrigues disse, pois, se uma trabalhadora infantil doméstica precisa cuidar dos
439 seus irmãos o período inteiro para que sua mãe possa ir trabalhar, está implícita a
440 finalidade lucrativa, não a da trabalhadora hipotética, mas da sua família. Assim,
441 é uma questão quase ideológica. Em seguida, ela se dirige ao Sr. Roberto Padilha
442 Guimarães e pergunta se ele a compreende e se ela foi clara o suficiente.

443 O Sr. Roberto Padilha Guimarães diz que a compreende, mas que nesse caso
444 também não poderia tratar uma criança ou adolescente de uma maneira e as
445 demais trabalhadoras domésticas de outra, pois o fundamento deveria ser o
446 mesmo no final.

447 A Sra. Katerina Volcov responde apontando que crianças e adolescentes vão ter que
448 ser tratados de modos diferenciados.

449 O Sr. Roberto Padilha Guimarães diz que sim, mas, em relação à questão de
450 realizar o trabalho e estar trazendo vantagem para a família e, no caso a
451 trabalhadora doméstica, da mesma forma, quando se encontra até em situação
452 análoga à de escravo. O fundamento não pode (...)

453 A Sra. Katerina Volcov cita o caso de uma família que deixou uma mulher em
454 situação análoga à escravidão e que a família ganhou em cima dessa pessoa.
455 Então, o mesmo acontece quando se coloca o filho para ficar cuidando do



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

456 irmãozinho enquanto vai trabalhar. A mãe não está querendo explorar o filho, mas
457 é a necessidade que faz com que ela saia para trabalhar e deixe o filho cuidando,
458 fazendo comida, limpando, enfim, tudo isso. Diz que tende a pensar que essa
459 finalidade não lucrativa dá margem para esse tipo de conflito e que aí surge
460 quando se fala em um evento e que por esse motivo trouxe para discussão. Ela diz
461 saber que não resolverão a questão agora, não mudarão agora a Lei
462 Complementar, mas que talvez a Comissão precise se debruçar para melhorar a
463 Lei, para pensar nessas situações e que aí vai haver questões de fundo sociológico
464 inclusive.

465 O Sr. Roberto Padilha Guimarães passa a palavra para a Sra. Marta Volpi.

466 A Sra. Marta Volpi comenta que entende a confusão, pois se dá justamente ao se
467 tentar estabelecer de quem é o CNPJ ou CPF que está contratando porque se trata
468 de uma acepção mais jurídica que menciona a finalidade lucrativa ou não. Mas que
469 ela concorda com a Sra. Katerina Volcov que a Conaeti trata com um público maior
470 do que público já habituado com questões jurídicas, e isso gera esse conflito.
471 Comenta que, para eles, que são do Direito, é mais tranquilo. Exemplifica dizendo
472 que, se em uma casa, não há uma exploração comercial com um CNPJ, então quem
473 vai ser aquele empregador é uma pessoa física que está contratando outra pessoa
474 para trabalhar lá, mas o local não explora uma atividade econômica que é
475 diferente do comércio. Uma pessoa foi contratada para trabalhar em uma
476 farmácia, por exemplo, aquele local está vendendo medicamentos, logo isso é
477 uma atividade econômica com fim de lucro. Ela acha que essa é a diferenciação
478 que o Direito do Trabalho traz, mas, se há um conceito que gera dúvida para um
479 público que trabalha a questão do trabalho infantil e que não é necessariamente
480 um público jurídico, é preciso trabalhar. Ela agradece a Sra. Luísa Carvalho
481 Rodrigues que de fato mencionou o IBGE e que não é somente para ter um dado,
482 mas também para trabalhar uma política adequada é que esses conceitos são
483 fundamentais.

484 O Sr. Roberto Padilha Guimarães passa a palavra à Sra. Maria Cláudia Falcão.

485 A Sra. Maria Cláudia Falcão comenta que falou da questão do IBGE não pelo
486 número em si, mas porque hoje as crianças que estão em afazer doméstico não
487 entram no conceito e que o seu ponto é que várias crianças estão ficando para
488 fora e que o número é muito maior. Então, ela acha que a Conaeti precisa discutir
489 esse conceito de trabalho infantil doméstico para que o número realmente reflita
490 a realidade que se vê na ponta. Comenta que o número que se tem é noventa mil,
491 o que é nada e que gostaria de colocar outra questão que foi levantada muito bem
492 pela Sra. Luísa Carvalho Rodrigues e complementada pela Sra. Katerina Volcov que
493 é a questão da política de cuidados. Muitas dessas meninas estão em determinada



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

494 situação, onde deixam de ter oportunidades de ir para escola e de ter convivência
495 porque têm que cuidar dos seus irmãos, porque a sua mãe tem que trabalhar. Ela
496 acha que hoje existe, no Ministério do Desenvolvimento Social, uma Secretaria
497 que está elaborando a Política de Economia de Cuidados do Brasil. Isso acontece
498 porque no Brasil não tem uma política de cuidados e ela pensa que seria
499 superinteressante se a Comissão pudesse entrar em contato com a Secretaria,
500 porque a Conaeti precisa ter uma incidência muito forte nessa política de
501 cuidados, porque está diretamente relacionada com o trabalho infantil e
502 possivelmente com o trabalho escravo, já que muitas dessas meninas, que estão
503 hoje cuidando dos seus irmãos, mais tarde vão ser dadas para outras famílias.
504 Existe, portanto, uma relação muito forte e que precisa ser discutida. É um tema
505 que vem se empurrando há muitos anos. Apesar de o MPT considerar que está
506 todo mundo junto, para a política só está quem está na casa de terceiros. Ela
507 enfatiza que é preciso abrir e deixar muito claro qual é esse conceito, para que se
508 possa ver esse número real, que, em sua opinião, será dez vezes maior. Se não se
509 engana, ela recorda que só em afazer doméstico são três milhões de crianças,
510 lógico que tem que qualificar esse afazer doméstico: quantas horas, qual é o tipo
511 de atividade, o que tem e não tem.

512 O Sr. Roberto Padilha Guimarães confessa que o autoconsumo o incomoda
513 bastante. Em seguida, pede um minuto à Sra. Marta Volpi porque o Sr. Francisco
514 Coullanges Xavier levantou a mão.

515 Seguindo bem o conselho da Sra. Maria Cláudia Falcão e afirmando que tal
516 conselho deveria ser seguido, o Sr. Francisco Coullanges Xavier fala rapidamente
517 que foi decidido conversar com a Secretaria de Cuidados do MDS, especialmente,
518 porque esse tema do trabalho doméstico e dos afazeres é um dos temas que mais
519 geram questões políticas e que exigem um certo cuidado, pois podem ser atacados
520 no sentido de dizer que tudo é trabalho infantil e que agora não pode mais fazer
521 nada com as crianças e que isso politicamente pode ser utilizado contra a
522 Comissão, no sentido de banalização do que está sendo colocado. Essa questão do
523 trabalho infantil doméstico, que sempre tem sido defendida e colocada junto com
524 uma rede de assistência que faz a identificação desses casos. Há muitas dúvidas
525 em entender o que é trabalho infantil doméstico, são exatamente essas perguntas
526 que partem da própria população que pergunta “então o meu filho não pode fazer
527 nada?”. E então é sempre colocado que é caracterizado como a criança ou
528 adolescente que está substituindo o trabalho de uma pessoa adulta. Claro que tem
529 que fazer tarefas domésticas, isso faz parte da socialização. Mas, isso é só
530 reforçando um pouco do cuidado que o grupo tem que ter, pois politicamente esse
531 é um dos temas mais sensíveis que pode depor contra a Conaeti. Para



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

532 complementar, ele sugere que, se a Conaeti quiser, ele poderá fazer a ponte junto
533 com a Secretaria de Cuidados para ver até onde já caminharam nesse sentido.

534 O Sr. Roberto Padilha Guimarães agradece e pergunta ao Sr. Francisco Coullanges
535 Xavier se ele havia concluído a sua fala.

536 O Sr. Francisco Coullanges Xavier responde que sim.

537 O Sr. Roberto Padilha Guimarães torna a agradecer e diz que seria excelente e
538 importante esse diálogo com a Secretaria, que cuida diretamente dessa parte de
539 cuidados. Realmente, está sendo ótimo o debate porque se começa a ver que essa
540 questão tem que ser melhor desenvolvida, como disse a Sra. Maria Cláudia Falcão,
541 e isso vai trazer uma nova perspectiva de realidade em relação ao problema.

542 A Sra. Marta Volpi fala que queria aproveitar essa deixa da Sra. Maria Cláudia
543 Falcão para fazer um aporte em relação ao cuidado quando se fala do trabalho em
544 propriedade rural familiar, porque muitas vezes não é que a criança ou o
545 adolescente vão porque precisam daquela mão-de-obra, mas porque não tem
546 onde deixar essa criança ou esse adolescente enquanto a família trabalha na
547 propriedade. Então, temos essas duas situações também, pois ter um lugar para
548 deixar é onde sempre pega as famílias muitas vezes.

549 O Sr. Roberto Padilha Guimarães diz que está bem observado. Essa é exatamente
550 a realidade do nosso meio rural e inclusive de levar bebê para a lavoura, isso
551 acontece muito.

552 A Sra. Katerina Volcov sugere que, quando forem chamar a Secretaria de Cuidados
553 do Ministério do Desenvolvimento Social, chamem o juiz e professor da UFRN, Zéu
554 Palmeira Sobrinho, que faz uma boa diferenciação sobre afazeres domésticos e
555 trabalho infantil doméstico. Ela acha que ele pode dar uma bela contribuição para
556 a Comissão.

557 O Sr. Roberto Padilha Guimarães compartilha com os colegas que fez anotações e
558 sugere que mais tarde possam fazer um diálogo e até buscar um evento ou alguma
559 questão para se discutir exatamente esse assunto.

560 A Sra. Andreia Figueira Minduca tem a fala e se desculpa por estar dentro do carro
561 em trânsito, mas pensa que esse assunto é extremamente relevante e não se pode
562 perder de vista que não é apenas em relação às propriedades rurais, mas essa
563 dificuldade que os pais têm em cuidar das crianças e até deixar, por exemplo,
564 nesse caso específico “onde vou deixar meu bebê?”. Não existem creches
565 suficientes para toda população, inclusive, população não só rural, mas também
566 dos grandes centros. Ela acha que, claro que obviamente devemos nos debruçar
567 em estudos aprofundados sobre a diferença entre os afazeres domésticos e o
568 trabalho infantil, mas não podemos perder de vista que muitas vezes os pais
569 solicitam que os filhos cuidem das crianças, cuidem da casa porque não têm onde



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

570 deixar essas crianças infelizmente. Então, esbarram em outro assunto que é o
571 próprio pátrio poder. Como se interfere tanto assim na relação familiar? E aí
572 realmente extrapola os limites de atuação do Ministério Público do Trabalho,
573 passa até para o Ministério Público Estadual essa questão do exercício do pátrio
574 poder. Ela pensa que então a pedra de toque é tentar estabelecer efetivamente
575 entre os afazeres doméstico ou trabalho doméstico, o que está sendo tirado dessa
576 criança ou adolescente, do que estão privando essa criança. Ela acha que talvez a
577 privação deva realmente ser o foco do trabalho da Comissão: o que a criança está
578 fazendo. E então, claro que não importa se é em casa própria ou em casa de
579 terceiros, em casa de terceiros fica mais evidenciado o trabalho. Ela acha que a
580 grande questão, a grande dúvida é descobrir realmente o trabalho que está sendo
581 feito, dentro da própria casa e ele pode ser considerado como uma relação abusiva
582 ou não. Para ela, nessa descoberta, o questionamento parece que vai ser esse: o
583 que está sendo tirado dessa criança? Onde está sendo a privação dela?
584 Justamente para que possam agir. Ela considera a questão muito delicada porque,
585 de novo, na opinião dela, interfere bastante no exercício do pátrio poder, e até
586 onde os pais poderão ir ou não em relação às obrigações exigidas dos seus filhos.
587 O Sr. Roberto Padilha Guimarães agradece à Sra. Andreia Figueira Minduca pela
588 contribuição. E, logo em seguida, pergunta quem levantou a mão e passa a palavra
589 para a jovem Vívian Rossane Silva Guedes Siqueira.
590 A jovem Vívian Rossane Silva Guedes Siqueira pergunta se todos conseguem ouvi-
591 la.
592 O Sr. Roberto Padilha Guimarães responde que sim.
593 E então a jovem Vívian Rossane Silva Guedes Siqueira dá continuidade à sua fala.
594 Ela cumprimenta todos e todas com “boa tarde” e se apresenta informando que
595 está representando a Rede de Adolescentes e Jovens do Fórum Nacional de
596 Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Ela diz que quer fazer uma
597 contribuição e que acha que pode ajudar muito nesse debate, que está se
598 iniciando hoje e que acha que vai perdurar por muito tempo, mas que precisa ser
599 debatido. Comenta que, ouvindo falar sobre tantas crianças e adolescentes que
600 são vítimas do trabalho doméstico, fica muito emocionada e nervosa em falar
601 porque, dentre essas tantas crianças, ela foi uma delas. Ela fala que tem 22 anos,
602 é professora e se desculpa por não conseguir abrir a câmera, pois ela está se
603 recuperando da Covid e se a ouvirem cansar é por conta disso. Mas, seguindo a
604 fala, ela relata que foi uma dessas crianças que sofreu e que foi vítima do trabalho
605 doméstico. Um trabalho doméstico que ainda não se consegue debater, por sua
606 imensidão, mas que precisa ser debatido porque, conforme o grupo falava,
607 pareciam estar cientes da sua situação de vida. Conta que sua mãe é professora e



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

608 que saía para trabalhar e que ela ficava tomando conta da casa e que, quando ela
609 tinha apenas três anos de idade começou a ter responsabilidades que não eram
610 dela, pois começou a cuidar do seu irmão e quando ele chegou em sua vida, a sua
611 mãe disse “Você não quis? Você não pediu um irmão? Então agora você vai ter
612 que contribuir”. Ela achava que sua contribuição era sair do sofá ou sair da mesa
613 e pegar uma fralda, pegar uma chupeta ou algo do tipo, mas não. Ela foi ensinada
614 com três anos de idade a lavar o banheiro, a arrumar a casa e também a fazer a
615 mamadeira do seu irmão, incluindo os horários que ele deveria se alimentar,
616 então, toda vez que olhava no relógio a sua mãe dizia que quando o ponteiro
617 chegasse em determinado número estaria na hora de dar o “gagau” dele. Diz que,
618 de forma muito sutil, foi crescendo aprendendo e sendo ensinada constantemente
619 cada vez mais a acolher e receber de forma muito natural responsabilidades que
620 não eram delas. Então, à medida que foi crescendo, ela foi cada vez mais sendo
621 responsabilizada por coisas que não eram suas e no que isso a afetou? Nos dias de
622 hoje, graças a Deus e graças a todos em que ela acredita nesse universo – sendo
623 ela uma mulher negra de pele clara e de terreiro -, hoje ela consegue dizer que
624 tem uma mente parcialmente sadia, porque essa experiência teve choque na sua
625 mente, um abalo emocional muito grande. Ela era muito cobrada, tinha que ser a
626 pessoa com destaque na sua escola, mesmo não conseguindo dormir direito por
627 virar a madrugada acordada, tendo que dar conta da limpeza casa, do almoço do
628 outro dia, o jantar já tinha que deixar pronto e quando chegava em sua casa da
629 escola tinha que lavar roupa no tanque na mão com sabão e escova. Depois de
630 muito tempo, no seu primeiro emprego, foi quando conseguiu comprar uma
631 máquina de lavar e quando comprou, apanhou por ter comprado porque sua mãe
632 não queria que lavasse roupa na máquina. Logo depois, começaram a surgir ainda
633 mais violações de direitos vindas de sua própria mãe. Diz que está ouvindo o
634 debate da Conaeti e segurando a emoção, porque de fato ela foi uma dessas
635 crianças e ela pede à Comissão que olhe por essas crianças. Ela diz que conseguiu
636 cuidar de sua saúde mental porque saiu de casa e começou a conquistar sua
637 independência financeira, hoje com vinte e dois anos, como já foi dito, mas a sua
638 trajetória não foi fácil justamente por conta dessa constante negligência de
639 direitos que começou a acontecer em sua vida quando tinha apenas três anos,
640 impedindo-a de ter infância por ter que cuidar de um bebê, não de uma boneca.
641 Então, esse fator a prejudicou e continua prejudicando e que sua sorte é que ela,
642 já uma mulher adulta, consegue ter a sua independência, consegue procurar
643 ajuda, que é um suporte necessário que precisa ser dado aos jovens e crianças que
644 passaram por isso um dia. Pede à Comissão que não retardem essa discussão tão
645 necessária e que é preciso fazer valer o artigo quarto do Estatuto da Criança e do



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

646 Adolescente e que se não fizerem valer, estarão cada vez mais condenado crianças
647 e adolescentes a sofrerem com isso. Afirma que hoje ela é uma militante e que faz
648 parte da Rede e que contribui da melhor forma que ela pode, porque justamente
649 trabalha nesse viés. Ela aponta que quando se aborda um assunto sobre o qual se
650 tem propriedade de fala é diferente e que ao debaterem esse assunto, os
651 membros da Comissão estão discutindo sobre a vida dela também, e que hoje ela
652 é uma adulta, mas que existem outros que passam pelo que ela passou ou pior.
653 Sem falar que quando ela foi crescendo, teve a questão da descoberta de sua
654 orientação sexual: sua mãe a batia, contratou uma pessoa para esperá-la no
655 quarto, para que quando ela chegasse da escola a violassem sexualmente. Conta
656 que todas essas situações aconteceram com ela porque foi vítima e que ela achava
657 normal esse ciclo de violência, esse rompimento e negligência de direitos. Então,
658 ela volta a pedir que deem atenção a esse tema, aos recortes que precisam ser
659 feitos. Ela afirma que ao tomar uma atitude, a Conaeti não se meterá em nenhuma
660 família para dizer para pais e mães o que fazer e sim protegendo crianças e
661 adolescentes. Ela cita também uma frase que se diz muito no Brasil, mas também
662 que se evita: “criança e adolescente é o futuro do país, o futuro da nação”, mas
663 não se tem um futuro quando o presente não é cuidado. É uma necessidade
664 urgente discutir e debater essas situações, porque de tanto que se fala e de tanto
665 que se ouve, as situações vão acabar continuado a se agravando cada vez mais,
666 então toda vez que se for pensar em criança e adolescente com violações e
667 direitos, é importante que se lembrem também que o papel dos integrantes dessa
668 Comissão vai para além de uma pessoa que representa uma empresa, uma pessoa
669 que representa uma instituição. Parte também de uma responsabilidade como
670 comunidade, como sociedade, como pessoas que fazem parte e que devem
671 proteger as infâncias e os adolescentes, independente de quem eles sejam, de
672 como eles se encontram e de como eles são. Ela, como uma pessoa vítima dessas
673 constantes negligências, diz que não conseguiu aproveitar e ter o pleno direito de
674 se desenvolver da maneira como deveria por conta dessas situações. Hoje ela
675 trabalha em uma ONG e tenta fazer com que essas crianças, com quem ela tem
676 contato hoje, sejam resgatadas o máximo possível para que elas não passem por
677 isso. Ela reforça que isso não acontece só em Alagoas e sim em todo Brasil e no
678 mundo. Então se é possível debater numa instância Brasil, precisa cada vez mais
679 recolher, apontar e chamar pessoas que querem debater sobre essas situações de
680 forma limpa e clara, e com o único objetivo de proteger as crianças e adolescentes
681 para que eles não tenham cada vez mais ou para que não naturalizem as
682 constantes negligências de direitos deles, porque depois uma criança



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

683 negligenciada vai reproduzir a mesma coisa que aconteceu com ela, vai
684 negligenciar direitos também. E finaliza com agradecimento.

685 O Sr. Roberto Padilha Guimarães agradece à jovem Vívian Rossane Silva Guedes
686 Siqueira pelo relato e diz ser muito importante, sem dúvida nenhuma, e que irão
687 continuar e aprofundar o debate sobre esse tema. Em seguida, passa a palavra
688 para a Sra. Luísa Carvalho Rodrigues.

689 A Sra. Luísa Carvalho Rodrigues começa dizendo que, ouvindo a jovem Vívian
690 Rossane Silva Guedes Siqueira, pensou: "nossa não preciso nem falar, só ouvir", e
691 que também tinha pensado no acerto, mas essa não é a palavra certa e, sim, no
692 dever mesmo que a Conaeti tem de ouvir crianças e adolescentes, ainda que a
693 Vívian Rossane seja uma jovem adulta, ela se desenvolveu nessa militância desde
694 a adolescência. Ela afirma que garantir a participação e o protagonismo de
695 crianças e adolescentes em todos esses espaços que dizem respeito aos seus
696 direitos é essencial, porque o depoimento dela foi fundamental e acha que antes
697 e depois disso talvez nem precisasse de mais nada. E comenta que a ouvir,
698 motivou-a a falar, depois dessa primeira reflexão, porque a atuação seja de
699 qualquer órgão da infância, e não só relacionada ao trabalho infantil, mas a
700 qualquer tipo de violação de direito, é uma premissa de quem atua nessa área e a
701 estuda e, não se trata de culpabilização da família, mas de entender a
702 responsabilidade da família, compartilhada com o Estado e a sociedade de garantir
703 com prioridade absoluta esses direitos, isso está na nossa Constituição. Então, não
704 se trata de eventualmente culpabilizar uma família, ou repressão de uma família,
705 ou sancionar uma família, mas, sim, de entender que ela tem deveres, assim como
706 todos nós também temos. E, nesses casos, até de política de cuidados, de garantia
707 de uma vaga em creche, enfim, todas essas questões em que uma mãe possa ir
708 trabalhar, seus filhos tenham onde ficar e todas essas questões que já estamos
709 cansados de discutir. Finaliza declarando que gostaria de falar um pouquinho mais
710 e bem rapidamente, já que sabe que o Sr. Roberto Padilha Guimarães está com a
711 pauta intensa e está preocupado, então, ela promete que falará rapidinho. Ela
712 explica que, hoje em dia, não se tem mais o pátrio poder, é poder familiar. São
713 institutos diferentes e o Código Civil trata do poder familiar. O poder familiar, na
714 verdade, é um poder - dever. Dever de garantir direitos aos seus filhos e às suas
715 filhas, enfim, aos seus familiares quando não é a mãe ou pai ou responsável legal
716 daquela criança. Já há algumas décadas se sabe que criança e adolescente não são
717 um objeto, um menor infrator a ser tutelado. São sujeitos de direitos e o trabalho
718 infantil viola direitos da criança e do adolescente, o que é uma violência e todos
719 nós sabemos disso. Logo, os pais ou responsáveis legais têm obrigações perante
720 seus filhos também, isso não se trata de reduzir qualquer tipo de poder familiar,



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

721 mas de efetivamente o poder familiar se exercer da forma devida que é garantindo
722 o direito das crianças e dos adolescentes, inclusive, o direito fundamental ao não
723 trabalho. Então, isso se insere injustamente em garantias de direitos. Afirma que
724 não se pode perder de vista realmente que eles são sujeitos de direitos e isso
725 também se reflete nessa participação aqui de crianças e adolescentes e que
726 gostaria de fazer um registro sobre isso porque, às vezes, eles ficam só ouvindo e
727 ficam com vergonha de falar em uma primeira reunião, mas hoje, e relembra que
728 a Sra. Luíza Carvalho Fachin tinha falado que nenhum adolescente do CONAPETI
729 estava presente na outra reunião, mas que, nesta reunião, felizmente, há uma
730 adolescente do CONAPETI presente, e que ela é super empoderada, a Regina, e
731 afirmou não saber se ela vai querer falar em algum momento e que não quer
732 colocá-la em uma "saia justa" e afirma como é importante esse momento e como
733 foi um acerto, esse dever de continuar ouvindo. Finaliza com agradecimento.
734 O Sr. Roberto Padilha Guimarães faz um agradecimento à Sra. Luíza Carvalho
735 Rodrigues e, logo em seguida, deseja boas-vindas à adolescente Regina Estela
736 Martins Duarte. Informa que anotou as falas e que o encaminhamento, por
737 enquanto, seria o de buscar um contato com a Secretaria de Cuidados e pensar
738 talvez em estabelecer uma sessão, uma extraordinária ou uma ordinária para
739 tratar a fundo essa questão.

740 A Sra. Ana Beatriz do Amaral Cid Ornelas passa a ter a palavra e começa
741 cumprimentado a todos e, em seguida, diz que iria ficar quietinha porque gosta
742 mais de ouvir do que de falar, mas que, na realidade, a fala da jovem Vívia
743 Rossane Silva Guedes Siqueira acaba inspirando o grupo. Diz que é muito fácil
744 sentar e discutir uma realidade que não fora vivenciada por nós, e que então se
745 parte do lado hipotético achando como é uma situação e sem vivenciar e sem
746 escutar quem passou por esses problemas. Na realidade, vivemos em uma
747 sociedade patriarcal e racista, que entende que o trabalho doméstico é
748 unicamente da mulher. Essa questão cultural acaba se repetindo também da mãe
749 passando para a própria filha. E, muitas vezes, essas mães, que repassam esse
750 trabalho doméstico para a filha mais velha para cuidar da família dos menores, são
751 mães solo, pois são mães que foram abandonadas pelos pais e que são
752 abandonadas pelo Estado também. São mães que, para trabalhar e para dar o
753 mínimo para as crianças, precisam sair e não têm com quem deixar seus filhos,
754 nem em uma creche porque não temos creche, nós não temos restaurantes,
755 lavanderias comunitárias que deem apoio. Nós não temos capacitação dos pais
756 que vão para subempregos e deixam os cuidados dos menores com os filhos
757 maiores, violando o direito de todos. Muitas vezes, os pais também são vítimas,
758 eles não têm a chance de vivenciar uma realidade diferente. No caso das



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

759 mulheres, que se sentem responsáveis pelo trabalho de cuidado, quando têm
760 condição, ela repassa esse trabalho para uma outra mulher, e essa outra mulher
761 normalmente é uma mulher de situação econômica vulnerável, negra e que deixa
762 seus filhos abandonados ou sem cuidados para poder cuidar dos filhos de outros.
763 Então, é uma situação complexa, daí a importância de se escutar quem vivenciou,
764 quem sente o problema para que se possa entender a necessidade de se trabalhar
765 mais. Em relação ao conceito: apesar de a Sra. Luísa Carvalho Rodrigues dizer que
766 não é importante, ela entende que, se um tema gerou um debate tão forte, se os
767 participantes da reunião que conhecem ou não conhecem direito têm tantas
768 dúvidas em relação ao que é o trabalho infantil doméstico, mostra a importância
769 de se definir o tema para que fique bem claro para aquela mãe que acha que só
770 está fazendo uma repetição do que aconteceu com ela, ao deixar a criança ali
771 porque não tem com quem deixar, que se trata de trabalho doméstico. Então,
772 tem que se pensar em outras formas de resolver o problema e não repassar para
773 uma criança de três anos. Ela relata que, no Fórum no qual trabalha em Brasília,
774 fizeram uma reunião com os terceirizados - sendo isso só um detalhe para ilustrar
775 - e depois que conversaram e assistiram a um documentário muito curto sobre
776 trabalho infantil, ela perguntou quem tinha trabalhado antes dos quatorze anos e
777 todos levantaram as mãos. Perguntou abaixo dos doze anos e vários levantaram
778 as mãos, quase todos. Aos dez, oito e cinco anos também havia gente levantando
779 a mão. Ela diz que é bem chocante pensar na realidade que vive o país e não agir.
780 Então, que venham outras "Vívians" para contar, assim como a Regina para nos
781 relatar para que possam sentir mesmo, porque quando se sente, reage. Finaliza
782 agradecendo.

783 O Sr. Roberto Padilha Guimarães agradece e diz que foram anotados os
784 encaminhamentos e que vão ser inseridos na pauta. Em seguida, passa para o
785 próximo item da pauta, que é relacionado à pauta legislativa, que, de certa forma,
786 também tem um pouco a ver com o tema que estava sendo conversada. Comenta
787 que realmente a pauta legislativa é muito importante e uma das funções
788 primordiais da Conaeti é trabalhar para que a legislação interna da Comissão
789 esteja harmonizada com as Convenções 138 e 182 e que essa é uma das principais
790 atuações e, quando a legislação não está harmonizada ou não é suficiente, como
791 por exemplo, a questão levantada pela Sra. Katerina Volcov sobre os fins
792 lucrativos: será que essa questão estaria adequada atualmente para o conceito?
793 Talvez um conceito de quando a primeira lei do doméstico, que já mencionava a
794 questão do "sem fins lucrativos", em 1972, já trazia essa questão dos fins
795 lucrativos, se não é adequada hoje, se não poderia sair uma proposta da própria
796 Conaeti para uma revisão legislativa. Ressalta que gostaria de destacar o excelente



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

797 trabalho que a Sra. Marta Volpi, a Sra. Katerina Volcov e equipe fazem a respeito
798 do monitoramento dos projetos de lei. Comenta sobre a notícia da aprovação do
799 plano de ação para a população de rua e que tem elementos relacionados direta
800 e indiretamente com a erradicação do trabalho infantil. Finaliza indagando que
801 gostaria de ouvir a Sra. Marta Volpi e a Sra. Katerina Volcov, ou qualquer um que
802 estiver na reunião e quiser se manifestar, como poderiam, da melhor forma
803 possível, dentro da atribuição da Conaeti, deixar bem alinhada essa questão
804 legislativa. Ele lembra que a Conaeti tem novos instrumentos que não tinha
805 antigamente: recomendação, resolução. Logo, podem ter uma manifestação da
806 Conaeti frente a determinados projetos de Lei.

807 A Sra. Marta Volpi começa falando que vai dividir sua fala com a Sra. Katerina
808 Volcov porque o FNPETI tem feito um bom monitoramento e, muitas vezes, até
809 mais em tempo do que a Fundação Abrinq que tem uma pauta bem ampla e que,
810 às vezes, precisa correr com outro assunto. Afirma que o Fórum tem feito esse
811 acompanhamento muito mais pontual. Ela acha que é preciso olhar para esses PLs,
812 olhar em que situações eles estão e entender se é o momento de agir, se há uma
813 urgência e a necessidade de agir logo ou se é possível aguardar. Embora não se
814 recorde dos números, comenta que há um PL que trata a respeito de crianças e
815 adolescentes trabalharem no mesmo local que seus pais e que estavam discutindo
816 a relevância disso. Ela se lembra que havia um outro também que estavam
817 acompanhando de perto, mas que não se lembra do contexto e pede desculpa por
818 não lembrar. Em seguida, ela menciona sobre a questão do esporte e cita uma fala
819 bem bacana de uma promotora em uma reunião do FNPETI, onde houve a
820 discussão sobre o assunto. Ela explica que há a Lei Geral do Esporte e que há uma
821 inclusão nessa Lei que, em sua opinião, foi um grande retrocesso. Menciona que,
822 inclusive, passaram questões sobre as quais a Fundação era contrária como o
823 bolsa atleta para pessoas muito jovens. Cita que houve uma modificação no
824 conceito do esporte de rendimentos, dos esportes participativos. Ela acha que,
825 assim como vivem inúmeras tentativas de mudanças nos nossos marcos legais,
826 esse seria um marco para o qual poderiam também trazer um aporte. Informa que
827 havia o PL nº 5 de 2015, e, após um breve silêncio devido a uma falha no áudio,
828 ela comenta que a Lei Geral do Esporte foi encaminhada, mas que não estavam
829 acompanhando. Afirma que dá para abrir um pouco o olhar e ver o que se pode
830 fazer. Ela acha que vale a discussão e retorna a dizer que acha que a conversa no
831 FNPETI existe há bastante tempo e que a pessoa que levou a informação para a
832 Fundação citou o exemplo da “menina do skate” que foi um destaque, então, será
833 que a regra é para todas as modalidades ou para algumas modalidades? Não dá
834 para ampliar geral a idade de participação? Também não seria o caso de restringir



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

835 para todo mundo? Então entra nesse grupo das discussões que ela acha que vale
836 a pena fazer. Ela se lembra também do PL que amplia a Lei dos Estágios, nº 5 de
837 2015 que é um PL muito velho e que vem se arrastando, foi reapresentado e está
838 se arrastando ainda nesse tempo todo e ganha aí uma tramitação meio rápida
839 nesse último tempo. Ela acha que vale a pena olhar para esse quadro geral e que
840 em vez de pontuar PL por PL, possam fazer uma recomendação ou indicações mais
841 abrangentes falando “olha tem que se observar o que está na Constituição, não
842 adianta fazer um debate que vai contrariar o que está no art. nº7, no inciso XXXIII”.
843 Sugere que se façam coisas mais globais que se direcionem para os parlamentares
844 e que a incidência em si ficará muito para o momento, se entrou na pauta e está
845 em discussão, se foi apresentado e de qual maneira a Comissão pode se organizar
846 para agir. Em seguida, ela pergunta se a Sra. Katerina Volcov quer falar e brinca
847 que está forçando uma divisão de fala, mas reconhecendo que o Fórum tem feito
848 um acompanhamento melhor do que a Fundação.

849 A Sra. Katerina Volcov diz que a Sra. Marta Volpi está sendo generosa e afirma que
850 a Fundação Abrinq faz um ótimo monitoramento, ela cita o assessor parlamentar
851 da Fundação Abrinq, Renato Santos, que está na reunião e sabe que a Sra. Marta
852 Volpi está na reunião representando o Conanda. Ela elogia o trabalho de
853 monitoramento executado por eles e que não envolve somente o monitoramento
854 de trabalho infantil, mas várias áreas. Citou que o Fórum Nacional, como ela
855 mesma havia comentado na última reunião que teve na Segunda Assembleia do
856 FNPETI, fez uma parceria com GCRJA da Federal de Pernambuco com o CDECA Casa
857 Renascer e que foi feito um escambo e, nesse escambo, eles produzem materiais,
858 arte e conteúdo para as redes sociais do Fórum e que, em troca, ela ensinou como
859 faz monitoramento. O Fórum tem uma lista considerável de Projetos de Lei e na
860 avaliação dentro desse mesmo grupo e avaliando os Projetos de Leis, como por
861 exemplo, a PEC 18 que está com a relatoria da deputada Sâmia Bomfim e que está
862 tranquilo por enquanto, torcendo para que continue tranquilo e que continue com
863 ela ou com alguma parlamentar ou algum parlamentar que seja do campo do
864 Fórum de proteção da defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, mas,
865 de modo geral, há alguns projetos de lei que mereciam(...) e fala que, embora
866 tenham mandado a pauta, ela não estava pensando que iria ter que falar sobre
867 isso e que não levou o assunto pronto. Comenta que o que dá para dizer é que
868 uma parte dos projetos que entenderam como prioritários, de incidência, e que
869 são propositivos na promoção e defesa, por exemplo, um projeto de lei que foi
870 proposto pela deputada Maria do Rosário sobre os entregadores de aplicativos e
871 mais alguns outros, que teriam que ser feitas audiências públicas para ouvir os
872 atores, enfim, no máximo nessa perspectiva, não que tivessem sido feita uma



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

873 incidência pesada. Diz pensar que há várias instituições que fazem
874 monitoramento: o MPT, a Fundação Abrinq, que está representando o Conanda,
875 o Fórum, o TST. Ela acha que caberia dentro da Conaeti uma “sub comissãozinha”,
876 já que, em seu Regimento Interno, não é permitido um terceiro Grupo de Trabalho
877 -, um “grupinho” para a Conaeti ver por exemplo: o que o TST tem, o que o MPT
878 tem, o que a Fundação Abrinq tem - representando o Conanda -, o que a FNPETI
879 tem. Porque então podem fazer um compilado e chegar a uma reunião e falar
880 “olha, nós observamos..” e, de repente, talvez, não necessariamente precise ter
881 isso dentro do âmbito da Conaeti, pois é uma questão de organização das
882 instituições. Ela sugere falar “vamos nos reunir”, falar quais são e daí se apresenta,
883 até de um jeito mais formal, no início de 2024, em fevereiro ou março já que em
884 março devem começar de forma mais potente os trâmites legislativos no
885 Congresso. Ela finaliza informando que apenas não poderá falar de um PL
886 específico no momento.

887 O Sr. Roberto Padilha Guimarães diz que é necessário separar um pouco as coisas:
888 uma coisa são grupos de trabalho, que é uma coisa um pouco mais ampla. E outra
889 questão é a Conaeti, que são todos eles e essa ideia de fazer esse compilado, que
890 ele acha ótimo. Ele diz achar dois pontos ótimos: primeiro, fazer o compilado para
891 se ter o mapa, que pode ser para o início do ano e, nesse sentido, é importante o
892 que a Sra. Marta Volpi assinalou, que são exatamente as instituições que estão
893 mais próximas dos projetos, com a assessoria parlamentar etc. e que sabem
894 exatamente o momento para as coisas. Então, para ele, são dois pontos
895 importantes: o momento e a questão do mapa. E que, se pudessem deixar como
896 encaminhamento, seria excelente.

897 A Sra. Katerina Volcov pergunta se ele está de acordo com a comissãozinha.

898 E o Sr. Roberto Padilha Guimarães responde que atribui a tarefa à representante
899 do Fórum Nacional.

900 A Sra. Marta Volpi diz que concorda e que, nesse primeiro momento, seria legal
901 fazer uma comparação das listas, compor uma lista única, apresentar de uma
902 maneira orgânica e pactuar os trabalhos. Acha que a história das audiências
903 públicas é muito importante e, à medida que conseguir indicar a Conaeti como um
904 dos debatedores, será interessante também e então poderão discutir em um
905 outro momento como se daria essa representação - quem vai, quem pode estar,
906 para fazer essa fala enquanto Conaeti. Reafirma ser muito importante pois são
907 espaços que têm tido frutos bons nas discussões e que também é o momento para
908 se ficar atento à incidência política. Ela ressalta seu apoio e se coloca à disposição
909 para fazer parte da turma.



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

910 O Sr. Roberto Padilha Guimarães pergunta se há mais alguma manifestação. E
911 segue dizendo que a Sra. Katerina Volcov fará o grupo. Em seguida, anuncia o
912 quarto item da pauta antes do intervalo, e que talvez seja mais um informe e um
913 momento para tirar um pouco das dúvidas sobre a questão das mesas de fronteira.
914 Ele explica que as mesas de fronteira eram uma questão que estava na pauta, mas
915 que gostaria de primeiro contextualizar: ele participa como ponto focal do Brasil
916 na Unidade Executora do Plano Regional de Erradicação do Trabalho Infantil no
917 âmbito do Mercosul. Ele explica que é uma unidade executora da qual participam
918 os quatro países do Mercosul: Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil e que essa
919 unidade está no âmbito do SGT 10 que trata de assuntos sociais e trabalhistas no
920 âmbito do Mercosul. Cita que um dos pontos de pauta no âmbito do Mercosul era
921 exatamente o estabelecimento de mesas de fronteira relacionado ao tema do
922 trabalho infantil nas fronteiras do Mercosul e que isso já era um ponto de pauta
923 antes da chegada dele no grupo. A proposta, na época de sua chegada, era de
924 quatro mesas: uma mesa na fronteira Brasil com Uruguai que seria Sant'Ana do
925 Livramento e Rivera, outra mesa de fronteira Brasil e Argentina que seria
926 Uruguaiana e Paso de Los Libres, outra na fronteira Brasil e Argentina que seria
927 Bernardo Irigoyen na Argentina, Dionísio Cerqueira e Barracão do lado do Brasil e
928 a Tríplice Fronteira em Foz do Iguaçu e, fora das fronteiras brasileiras, também
929 haveria uma mesa da Argentina e Paraguai por Encarnación e Posadas. Ele informa
930 que esse projeto estava parado e que, por proposta deles, saiu a regulamentação
931 e o projeto começou a andar. Comenta que, inclusive, haviam tido uma reunião
932 naquele dia, na parte da manhã, e que, inclusive, a Sra. Iara Alvarenga Freire da
933 UGT também havia participado, porque a Unidade Executora do Mercosul é
934 tripartite, participam entidades de trabalhadores, governos e empregadores. Em
935 geral, as decisões são por consenso do Mercosul e explicou que as duas primeiras
936 mesas que vão ser instaladas são as mesas Rivera e Sant'Ana do Livramento,
937 Posadas e Encarnación. Explica que as mesas são binacionais e, no caso de Foz do
938 Iguaçu, trinacional e que o objetivo é enfrentar os problemas próprios e
939 específicos que ocorrem no âmbito das fronteiras e, no caso, o trabalho infantil.
940 Menciona a sua experiência de fiscalizações em parceria com o Ministério Público
941 do Trabalho, com a Doutora Rubia, que também participou, assim como um
942 Procurador da Infância, cujo nome não se recorda e que havia sido, inclusive, da
943 Coordinfância. Tratava-se de crianças uruguaias que trabalhavam do lado
944 brasileiro, que eram exploradas e voltavam para o Uruguai, crianças brasileiras
945 que iam para o Uruguai e que a questão da fronteira ocorre na área urbana e na
946 área rural. Então, foi realizada uma fiscalização e depois foi feita uma audiência
947 pública com comerciantes etc., Ministério Público do Trabalho e Auditoria Fiscal



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

948 do Trabalho e, realmente, é um problema que exige essa abordagem binacional.
949 Então, o objetivo da mesa é esse. Explica que a mesa vai ter uma representação
950 ampla, por exemplo: o Fórum Nacional poderá participar, o Fórum Estadual do Rio
951 Grande do Sul vai necessariamente ser convidado, a Comissão Estadual de
952 Erradicação do Trabalho Infantil do Rio Grande do Sul vai ser convidada, vão ser
953 convidados os atores locais, tanto governamentais, quanto não governamentais.
954 Trata-se de uma mesa ampla tanto do lado brasileiro quanto do lado uruguaio.
955 Comenta que a próxima reunião será em fevereiro e que será só para estabelecer
956 os últimos detalhes e que haverá uma espécie de um grande evento em abril que
957 vai ser organizado pelo Uruguai, a pedido do Brasil, já que o Brasil está sediando o
958 G20 e, então, haverá muito trabalho. Finaliza o tema comentando que são essas
959 as informações e que haverá também campanhas de sensibilização e de
960 informações conjuntas, atuações conjuntas, assim como a integração de políticas
961 públicas. Aproveita também o momento para convidar o Fórum Nacional de
962 Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e enfatiza a importância das
963 campanhas conjuntas. Comenta que, inclusive, tiveram a oportunidade de
964 participar de uma há muitos anos na praça de Rivera de Sant'Ana do Livramento,
965 que é uma praça binacional: metade da praça é do Brasil e a outra metade é do
966 Uruguai. É realmente um lugar muito significativo para eventos e campanha
967 conjunta. Finaliza perguntando se alguém tem alguma dúvida ou observação.
968 Explica que, antes do intervalo, vão tentar chegar, pelo menos, à metade da pauta
969 e que também vai ser mais ou menos um informe, mas que poderá haver dúvidas
970 e que também haverá um encaminhamento. Comenta que antes da instalação da
971 Conaeti, em 2023, e por meio do Ministério do Trabalho, o Brasil se candidatou
972 como o país pioneiro da Aliança 8.7. Houve uma demora na resposta, nos trâmites
973 burocráticos, e comenta que se a Sra. Maria Cláudia Falcão quiser, pode esclarecer
974 melhor o tema, inclusive sobre o que é a Aliança 8.7 para quem não conhece.
975 Explica que houve a candidatura do Brasil e que agora veio o cronograma com o
976 pacote de ações que tem que ser feitas pelo Brasil para essa candidatura se
977 efetivar e o país se tornar um país pioneiro. Explica que o país terá que apresentar
978 um plano, que traga as políticas públicas, e eventos. Então, há um caderno de
979 encargos a serem realizados para que o Brasil possa efetivamente se tornar um
980 país pioneiro da Aliança 8.7. Em seguida, passa a palavra para a Sra. Maria Cláudia
981 Falcão trazer maiores detalhes sobre o tema.
982 A Sra. Maria Cláudia Falcão explica que a Aliança 8.7 é uma aliança entre todos os
983 países para ajudar no alcance da meta 8.7 da agenda 2030 que trata do trabalho
984 infantil e do trabalho escravo e que essa aliança hoje é composta por diversos
985 países e que cada vez há um país que é responsável como presidente dessa



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

986 Aliança. Acredita que a Aliança exista desde 2018 e que, dentro dessa aliança, há
987 vários grupos, e qualquer instituição pode se candidatar a participar. Explica que
988 há um grupo que discute cadeias produtivas, outro que discute a questão do
989 fenômeno da migração e existe o grupo dos países que são pioneiros dessa
990 Aliança, são os "Pathfinders". Explica que os países pioneiros são aqueles países
991 que se comprometem mais em tomar ações mais rápidas para ajudar a alcançar a
992 meta 8.7. Ela cita que os países não são obrigados e que se candidatam e confessa
993 achar um absurdo o Brasil não ser um país pioneiro desde o início da Aliança, pois
994 o Brasil é referência tanto no tema do trabalho infantil como do trabalho escravo,
995 mas não conseguiram, no governo anterior, qualquer tentativa. Posteriormente,
996 conseguiram um ambiente favorável, e então o Brasil se candidatou, mas o fato
997 de ter se candidatado e de ter sido aceito não significa que ele entra no rol dos
998 países porque esses países têm um subgrupo e eles discutem sobre o que esses
999 países precisam e o primeiro ponto é fazer esse plano, que é um plano
1000 extremamente simples e de urgência para ajudar o país a alcançar a meta e o
1001 mundo a alcançar a meta 8.7. Então, a primeira coisa que o Brasil tem que fazer
1002 agora é a elaboração desse plano e que será apresentado para o Comitê Gestor da
1003 Aliança 8.7 que vai avaliar se o plano está bom ou não e irá também monitorá-lo
1004 e o Brasil vai responder a esse monitoramento para garantir que o que foi
1005 proposto está realmente sendo cumprido. Declara achar interessante porque é
1006 mais um compromisso que o país assume, e é perante a comunidade
1007 internacional. Haverá também um momento em que vão revisar também o Plano
1008 Nacional e, então, em que medida isso pode ajudar, pois o plano da Aliança não é
1009 o Plano Nacional, mas talvez as prioridades do Plano Nacional poderiam entrar
1010 nesse plano e há encontros semestrais e que, inclusive, na semana passada, houve
1011 um encontro de todos os países. Nesses encontros, cada país presta contas do que
1012 estava previsto em seu plano e há também um suporte entre um país e outro, por
1013 meio do compartilhamento de experiências. Volta a enfatizar que é interessante
1014 e que é algo a mais que o Brasil pode fazer e que é um plano que também tem que
1015 ser tripartite e que a ideia é em março estarem organizados e que um outro ponto
1016 interessante também é que ela e o Sr. Guilherme Schuck Candemill estão em
1017 contato com o governo do Chile e terão que decidir se o Brasil será pioneiro só no
1018 tema do trabalho infantil ou só no tema do trabalho escravo ou pode ser nos dois
1019 e talvez uma primeira tentativa seja de naquilo que der para fazer conjuntamente
1020 dos dois temas, ter uma ação comum que irá atacar tanto o trabalho infantil
1021 quanto o trabalho escravo, então é algo que pode ser inovador e que poderia
1022 ajudar a alcançar essa meta.

1023 O Sr. Roberto Padilha Guimarães pergunta sobre os eventos.



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

1024 A Sra. Maria Cláudia Falcão responde que os eventos têm que ser feitos dentro do
1025 Brasil e pergunta se ele está falando dos eventos para a construção do Plano.
1026 O Sr. Roberto Padilha Guimarães responde que sim, que seriam os eventos que
1027 estão no Caderno que teriam que fazer para a construção do plano.
1028 A Sra. Maria Cláudia Falcão diz que seria interessante fazer algumas consultas e
1029 que, fora isso, há os eventos da própria Aliança. Tem toda essa participação e
1030 prestação de contas do Brasil como sendo um país pioneiro.
1031 A Sra. Katerina Volcov pergunta se o Brasil apenas se candidatou a ser um país
1032 pioneiro ou se ele já é um país pioneiro.
1033 O Sr. Roberto Padilha Guimarães responde que não, que o Brasil não é um país
1034 pioneiro.
1035 A Sra. Maria Cláudia Falcão diz que teria uma “tarefinha” a cumprir.
1036 A Sra. Katerina Volcov diz que seria esse Caderno de Atividades que teria que ser
1037 cumprido.
1038 O Sr. Roberto Padilha Guimarães diz que sim.
1039 A Sra. Maria Cláudia Falcão diz que a avaliação é para confirmar se a situação está
1040 de acordo com alguns indicadores que a Aliança já dispôs em algumas áreas e,
1041 depois, se eles aprovarem, o Brasil ganha status de país pioneiro.
1042 A Sra. Katerina Volcov pergunta quem seriam “eles” que vão avaliar.
1043 A Sra. Maria Cláudia Falcão responde que existe um Comitê Gestor da Aliança 8.7
1044 onde há alguns países e que, salvo engano, o Chile está com a presidência, mas a
1045 França já foi, então existem dois ou três países que fazem parte dessa presidência.
1046 A OIT em Genebra faz a Secretaria Executiva dessa Aliança, há algumas outras
1047 instituições que também estão nesse *board* da Aliança 8.7 que está vinculada às
1048 Nações Unidas e à Agenda 2030. Afirma que, talvez, em uma próxima reunião, ela
1049 poderá fazer uma pequena e rápida apresentação sobre a Aliança 8.7 e sugere ao
1050 Sr. Roberto Padilha Guimarães que o assunto seja colocado na pauta. Exemplifica
1051 mencionando que o MPT pode querer fazer parte do grupo de discussão que faz
1052 cadeias produtivas. Explica que há muitas universidades que participam e que são
1053 ideias, são discussões, são temas, algo - sendo esses grupos mais acadêmicos. O
1054 único grupo que realmente tem algum *enforcement* é o dos países pioneiros, por
1055 isso que nem todos os países se candidatam, mas há grupos de discussão muito
1056 interessantes como o grupo de migração e o de cadeias produtivas para os quais
1057 a Sra. Katerina Volcov, enquanto Fórum, pode se candidatar. Ela diz que pode
1058 mandar para a Sra. Katerina Volcov, o *link* do site deles onde ela poderá entrar e
1059 dar uma olhada de que maneira o Fórum poderia participar de acordo com seu
1060 interesse – já que ela acha que o Fórum vai ser muito importante na definição
1061 desse plano que o Brasil vai implementar.



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

1062 O Sr. Roberto Padilha Guimarães anuncia o começo do intervalo de 15 minutos.
1063 No retorno do intervalo, o Sr. Roberto Padilha Guimarães comunica que a reunião
1064 agora irá tratar do sexto ponto da pauta. Declara que há uma preocupação, no
1065 âmbito de atuação da Conaeti, com relação ao trabalho infantil em atividades que
1066 ocorrem na Amazônia, como a produção de açaí, de castanha, entre outras. Ele
1067 informa que no ano de 2025 haverá a COP 30 em Belém do Pará e acha que seria
1068 muito oportuno que fosse pensado em realizar ações e iniciativas relacionadas ao
1069 trabalho infantil que ocorrem na região amazônica, como a dificuldade de acesso,
1070 de locomoção, as questões culturais próprias da região e em começar a trabalhar
1071 nesse assunto, pois pelos dados indicativos que se têm e pelas ações que vêm
1072 sendo feitas, realmente, o trabalho infantil, especialmente na produção de
1073 castanha e açaí, há índices altos desse tipo de trabalho. Destaca também o
1074 trabalho infantil no cacau no estado do Pará, que também tem números razoáveis.
1075 Então, ele quer saber se os presentes acham que esse seria um tema importante
1076 para ser incluído na pauta da Conaeti ao longo do ano de 2024, já preparando
1077 alguma atuação da Conaeti durante a COP 30 para trazer exatamente essa questão
1078 do fator Amazônia e do trabalho infantil.

1079 A Sra. Maria Cláudia Falcão concorda e acha que o foco vai estar muito no Norte
1080 em razão da COP e de tudo que vai acontecer e porque há violações, trabalho
1081 infantil nessas cadeias produtivas mencionadas pelo Sr. Roberto Padilha
1082 Guimarães. Afirmo que a OIT tem trabalhos realizados no cacau e que vão iniciar
1083 em breve, possivelmente com o Ministério Público do Trabalho, alguma ação no
1084 açaí e que também houve ações na castanha com a participação da fiscalização do
1085 trabalho. Relata que é chocante o que acontece na produção de castanha. Ela
1086 também diz que OIT está terminando uma proposta de metodologia de ensino
1087 para os adolescentes que entram nas florestas para coletar castanha e que ficam
1088 lá por três meses e, conseqüentemente, não comparecem à escola e que depois
1089 desses meses retornam à escola tendo que “se virar” para compensar aqueles
1090 meses que passaram fora. Comenta que foi feito um trabalho bem interessante e
1091 que agora estão com uma consultora que está ajudando a fazer uma proposta que
1092 está para ser apresentada para a Secretaria de Educação do município de Boca do
1093 Acre nessa semana ou na próxima. Explica que a ideia é de como fazer com esses
1094 adolescentes que ficam meses durante a colheita fora da escola e afirma que,
1095 primeiro, esses adolescentes sequer deveriam ir, pois é uma atividade perigosa, e
1096 aí se entra em uma questão de povos – ribeirinhos, tradicionais – que entram na
1097 floresta com a família toda e em péssimas condições, as famílias não têm com
1098 quem deixar as crianças. Ela comenta que há um documentário que foi feito em
1099 parceria do Ministério Público do Trabalho e que mostra que acontece algo



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

1100 chocante com essas famílias que entram para coletar castanhas sejam do Pará ou
1101 do Brasil e que são caríssimas ao serem vendidas. Ela afirma que é de
1102 conhecimento dos presentes que são três cadeias produtivas que são
1103 problemáticas e que se deve aproveitar o foco que vai ser dado à região Norte e
1104 que possivelmente haverá alguma ação nova no cacau. Cacau, açaí e castanha:
1105 açaí é futuro, cacau tem passado e possivelmente futuro e castanha tem só
1106 passado. Não há qualquer perspectiva, mas há essa proposta de educação para
1107 compensar esse *gap* para esses adolescentes que ficam fora da escola durante a
1108 colheita.

1109 O Sr. Roberto Padilha Guimarães pergunta se há mais alguma manifestação.

1110 A Sra. Ana Beatriz do Amaral Cid Ornelas observa que mais um ponto sobre a
1111 região Norte a se acrescentar é pensar na exploração sexual de crianças e
1112 adolescentes, que está entre as piores formas de trabalho infantil e é bem intensa
1113 nessa região. Além das culturas citadas, essa seria uma questão também.

1114 O Sr. Roberto Padilha Guimarães diz que foi bem observado.

1115 A Sra. Bruna Gama Bacelar se apresenta e diz que está representando a Polícia
1116 Rodoviária Federal. Ela diz que os pontos colocados são muito importantes e
1117 informa que a PRF atua bastante na região Norte, nessas operações de trabalho
1118 escravo e infantil, e que a questão da castanha é tocante porque além do trabalho
1119 escravo e da privação da criança de ter oportunidade de ir à escola, há também a
1120 questão da mutilação, pois acontecem muitos casos de alguém perder uma mão,
1121 um dedo. Comenta que a PRF tem o Projeto Mapear que atua bastante na
1122 temática da exploração sexual infantil, nos postos de gasolina, por exemplo, é que
1123 é muito forte na região norte. Notam grandes focos de exploração sexual e de
1124 exploração do trabalho infantil no norte do país. Ela conclui dizendo que seria
1125 muito importante focar nessa região.

1126 O Sr. Roberto Padilha Guimarães diz que esse ponto da exploração sexual é
1127 realmente muito importante. Já foi constatado que ocorre nos mais diversos
1128 locais, como nos próprios barcos que circulam pelos rios da região. Sabem que a
1129 Ilha de Marajó é um problema grave, assim como tudo o que vai em torno dela.
1130 Declara que já que não há mais nenhuma manifestação, gostaria de deixar como
1131 encaminhamento e em ata essa priorização sobre o trabalho infantil na Amazônia
1132 para o Plano Trabalho de 2024 da Conaeti.

1133 A Sra. Maria Augusta Rodrigues Gomes comenta que ouviu de um coordenador de
1134 um centro de referência em saúde do trabalhador no Pará que há um problema
1135 sério de subnotificação de acidentes de trabalho no geral na região, mas que essas
1136 crianças, que trabalham e que também têm o problema de escarpelamento nos
1137 motores de barcos, procuram o serviço e são atendidas, mas deve-se fazer algo



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

1138 para que seja notificado como acidente de trabalho porque essas crianças
1139 procuram os serviços, postos de saúde e às vezes os médicos registram como
1140 “quebrou uma perna”, “perdeu um dedo” e, na verdade, muitas caíram dos
1141 açazeiros, porque é uma palmeira fina e é necessário subir para colher, e isso não
1142 é notificado como acidente de trabalho. Na pressa, os médicos, muitas vezes pela
1143 quantidade de demanda, registram, mas não fazem a notificação, então fica fora
1144 do sistema que está ligado a trabalho infantil e que é acidente de trabalho.

1145 O Sr. Roberto Padilha Guimarães diz que está bem observado e comenta que, na
1146 operação de combate ao trabalho infantil no açaí que foi feita pela Inspeção do
1147 Trabalho juntamente com o Ministério Público do Trabalho, foi possível
1148 compreender bem todas as mazelas desse trabalho e que um dos pontos que
1149 chamou atenção foi a profusão de acidentes com animais peçonhentos e ausência
1150 de acesso a soro antiofídico. Ele informa que foram aos municípios para buscar o
1151 “fio da meada” e que esses alegavam que não tinham condição de refrigeração do
1152 soro, mas que todos sabem que existem outras técnicas, outros tipos de soros que
1153 não precisam de refrigeração. Finaliza dizendo que essas questões do
1154 atendimento da saúde, da notificação são muito importantes e que, sem dúvida
1155 nenhuma, é preciso incluir na pauta. Em seguida, ele passa a palavra para a
1156 adolescente Regina Estela Martins Duarte.

1157 A adolescente Regina Estela Martins Duarte começa desejando boa tarde a todos
1158 e todas e fala que está representando os adolescentes do CONAPETI e que gostaria
1159 de ressaltar, assim como já foi dito, essa importância de realmente procurar trazer
1160 cada vez mais direitos para essas crianças, principalmente, da região norte porque
1161 ela vê o quão precárias são as situações deles e o quanto necessitam de um ser
1162 que possa ajudar no cuidado dessas crianças e adolescentes enquanto as famílias
1163 não estão. Como já foi dito também, existem casos de apanhar castanha que os
1164 pais, familiares ou responsáveis precisam estar indo para as ceifas e não tem como
1165 eles ficarem sozinhos em casa, então é algo necessário e que também há a questão
1166 da violação tanto escolar, quanto, de certa forma, psicológica porque essa criança
1167 ou esse adolescente que vem a perder aula e a participar de um ambiente de
1168 trabalho, ele tende também a ter uma mentalidade, podemos dizer, um pouco
1169 desfocada porque ele vai acabar perdendo muito conteúdo que ele nem deveria
1170 perder, ele deveria estar frequentemente na escola aprendendo. Então é algo que
1171 é muito necessário e que devem sim lutar e ampliar cada vez mais a educação e a
1172 acessibilidade.

1173 O Sr. Roberto Padilha Guimarães agradece à adolescente Regina Estela Martins
1174 Duarte e diz que, sem dúvida nenhuma, especialmente as crianças da região
1175 amazônica passam exatamente por essas questões de violações de direitos,



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

1176 situações sobre as quais realmente temos que ter um olhar bem específico. Em
1177 seguida, questiona se há alguma manifestação e informa à Sra. Katerina Volcov
1178 sobre o que ocorreu até aquele momento, já que ela não estava presente: a
1179 proposta de a Conaeti priorizar o trabalho infantil na região amazônica, já que,
1180 com a COP 30 em 2025, a região estará em foco e foram levantadas a questão da
1181 exploração sexual e das cadeias produtivas: açaí, castanha e cacau – ainda sobre
1182 essa região. Então, a proposta seria que fosse colocado na agenda da Conaeti essa
1183 questão como uma das questões prioritárias, com um foco especial.

1184 A Sra. Katerina Volcov diz que o Fórum Nacional tem desenvolvido um projeto na
1185 região do Marajó e, no diagnóstico que foi feito, algo que ficou muito evidente foi
1186 a questão de se pensar e se aprofundar no chamado *fator amazônico* que é um
1187 recurso diferenciado para aquela região por conta dos custos de transporte, de
1188 locomoção, de mobilidade em relação principalmente à defesa de direitos. O
1189 Fórum, em conversa com o Conselho Tutelar, com a Assistência Social, com a
1190 Educação e com a Saúde, constatou que o Conselho Tutelar não consegue verificar
1191 uma violação em uma comunidade que fica a oito horas de barco porque não tem
1192 uma lancha, porque não tem como chegar na localidade. Comenta que é diferente
1193 uma cidade que vive em um meio rodoviário de uma cidade que tem as águas
1194 como seu transporte e para isso os custos são diferentes: ter um barco, uma
1195 lancha, um diesel, um barqueiro são completamente diferentes de ter um ônibus.
1196 Pensa que é fundamental que a Conaeti chame as pessoas que vêm estudando, e
1197 não é de agora, o pessoal da Federal do Pará, da UFAM enfim, de todas as
1198 universidades da região que têm se debruçado sobre o assunto, sobre essa pauta
1199 do fator amazônico para trazer aqui, para que se possa pensar de modo crítico,
1200 porque se parte de um ponto de vista “de fato as crianças da Amazônia são
1201 importantes” ... todas as crianças são importantes. Mas, para fazer os direitos
1202 acontecerem, serem efetivados será preciso pensar que a relação de custo de
1203 investimento é outra, diferente do investimento que precisa ser feito no interior
1204 de São Paulo, no interior do Paraná, no interior de Santa Catarina, diferente do
1205 que é numa região permeada de rios e que a boa parte delas vive a partir do
1206 sistema fluviário. Ela diz que já tinha falado sobre isso em outra reunião e que
1207 reforça essa pauta de chamar os especialistas para explicar sobre a importância
1208 de se discutir de modo profundo a questão do fator amazônico para aquela região
1209 em específico.

1210 O Sr. Roberto Padilha Guimarães esclarece que não é a questão das crianças da
1211 Amazônia é exatamente o Fator Amazônico.

1212 A Sra. Katerina Volcov diz que falou duas coisas: para pensar na defesa e
1213 promoção dos direitos e na erradicação do trabalho infantil lá, terá que se falar



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

1214 necessariamente do Fator Amazônico. Então, ela propõe que a Comissão chame
1215 os especialistas em Fator Amazônico e que eles venham, falem e expliquem o que
1216 é isso, como é isso, como que têm que ser pensadas a assistência social, a
1217 educação, enfim, tudo isso para aquela região.

1218 O Sr. Roberto Padilha Guimarães pergunta sobre a priorização dessa temática para
1219 o ano de 2024 na Conaeti.

1220 A Sra. Katerina Volcov fala que a priorização com criança e adolescente é absoluta,
1221 e que, nesse caso, há uma oportunidade única por conta da COP 30, por conta da
1222 Meta 8.7, por conta das barbaridades que se vê, por conta de todo esse contexto
1223 que se observa, as notícias recebidas sobre as violações, principalmente, a
1224 exploração sexual. Ela cita as crianças balseiras e conta que tem um vídeo que ela
1225 mesma viu, com crianças balseiras pequenas de quatro ou cinco anos subindo em
1226 barcos e em grandes embarcações, vendendo camarão seco. Sem contar nas
1227 tragédias de adolescentes sendo serrados ao meio, trabalhando em serralheria,
1228 meninos e meninas que trabalham no açaí, enfim, há uma série de problemas e
1229 aquela região está um pouco esquecida, na verdade, um tanto esquecida, e hoje
1230 estão olhando porque se noticiou muito, a partir, inclusive, das histórias das
1231 meninas Yanomami que foram brutalmente estropadas e assassinadas, e não
1232 podem deixar isso passar batido, pois é uma obrigação do grupo enquanto
1233 cidadãos e enquanto representantes das instituições que fazem parte da
1234 Comissão. Finaliza afirmando que, do ponto de vista do FNPETI, isso tem que ser
1235 uma prioridade sim.

1236 A Sra. Maria Augusta Rodrigues Gomes complementa dizendo que foi abordado o
1237 tema das colheitas, mas há também a questão das madeireiras que é muito
1238 importante considerar.

1239 O Sr. Roberto Padilha Guimarães comenta que citaram algumas, mas que,
1240 realmente, é o trabalho infantil como um todo. Ele passa a palavra para a jovem
1241 Vívian Rossane Silva Guedes Siqueira.

1242 A jovem Vivian Rossane Silva Guedes Siqueira comenta que só gostaria de
1243 complementar a fala da Sra. Katerina Volcov, pois ela se viu muito na fala, e,
1244 principalmente, no fator que ela apontou, no sentido de que quando se fala das
1245 crianças e dos adolescentes, das situações do Amazonas, falam de uma situação
1246 que requer recursos, orçamento e uma visão um pouco mais diferente e ampla e
1247 que gostaria de trazer uma reflexão: quando se fala da participação de
1248 adolescentes, de prioridade absoluta, fala-se também nesse sentido de ver as
1249 individualidades dessas crianças, dessas infâncias, dessas juventudes, desses
1250 adolescentes e sugere, se assim puder ser feito e pensado, que a própria Conaeti
1251 visse a possibilidade de movimentações em uma data simbólica, já que está se



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

1252 aproximando uma data universal – dos direitos humanos – e que, então, talvez a
1253 Comissão possa se programar para, no próximo ano, fazer essas movimentações,
1254 com trabalho durante o ano, mas pontuar ou deixar algum dia para se reunirem,
1255 juntarem potências e lideranças, tanto do estado do Amazonas quanto muitas
1256 outras no Brasil que possam influenciar nesse sentido de combate, de fala do está
1257 sendo debatido para que possa haver mais mãos que alcancem essas crianças e
1258 esses adolescentes no sentido de proteção. Então, para que se reúnam e também
1259 atinjam e respeitem as individualidades das crianças e dos adolescentes, para que
1260 possam de fato respeitar e garantir, assegurando o direito pleno de
1261 desenvolvimento de cada um.

1262 O Sr. Roberto Padilha Guimarães agradece e passa a palavra para a Sra. Katerina
1263 Volcov.

1264 A Sra. Katerina Volcov conta que pegou seu relatório da viagem e aponta que
1265 algumas questões precisam ser colocadas por conta da falta de formação dos
1266 profissionais que muitas vezes não sabem nem o que é trabalho infantil de tão
1267 naturalizado que é naquela região: as ações de articulação, comunicação e
1268 sensibilização sobre trabalho infantil para a Assistência Social, para a Saúde, para
1269 a Educação, para toda a gestão municipal ali seja do Marajó, seja do Pará, seja do
1270 Acre, de todos os estados da região Norte. Uma formação sobre, principalmente,
1271 as piores formas de trabalho infantil é fundamental porque lá acontece de modo
1272 visível e é naturalizado por uma boa parte da população, talvez por questões
1273 religiosas, porque tem um componente religioso muito forte, o número de igrejas
1274 neopentecostais naquela área do Marajó ocidental é muito grande e acabam
1275 passando vista grossa nessas violações. Ela também diz que não se metem no
1276 âmbito familiar e que há articulação de fóruns municipais de enfrentamento ao
1277 trabalho infantil naquela região, ações articuladas intersetoriais entre as várias
1278 Secretarias. E aí, de novo, talvez precise ser feita uma legislação específica, criar
1279 um Projeto de Lei - algo que deva ser pensado em termos de COANETI - de
1280 proibição de venda de qualquer produto em qualquer embarcação e uma
1281 campanha feroz em todos os trapiches e portos daquela região porque é notória
1282 a presença de trabalho infantil nesses espaços. Em todos os trapiches e portos, se
1283 veem crianças ou adolescentes trabalhando, vendendo biju, chope - que seria o
1284 geladinho -, batatinha de mandioca, camarão seco nas embarcações. As
1285 embarcações param no porto e eles sobem, começam a vender e a população
1286 compra. Isso tem a anuência de uma série de atores ali. Aponta que é um grande
1287 desafio fazer a fiscalização, como fazer com que essas crianças não trabalhem
1288 mais, sendo que a sociedade acha que aquilo é para ajudar e aí entram todos os
1289 mitos envolvendo o trabalho infantil. Tudo isso exige investimento em



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

1290 comunicação dirigida, exige publicidade, então é algo para se pensar. Comenta
1291 que inseriu no relatório a questão da incidência política e que se pense sobre isso,
1292 assim como sobre o fator amazônico nos respectivos orçamentos das políticas
1293 públicas para as populações ribeirinhas, indígenas, quilombolas e de maior
1294 vulnerabilidade socioeconômica.

1295 Antes de passar a palavra para a Sra. Telma Maria Cardia, o Sr. Roberto Padilha
1296 Guimarães comenta que foi encontrada no açaí a exata concatenação entre as
1297 férias escolares e a safra do açaí, então são questões também estruturais que têm
1298 que ser trabalhadas, pois contribuem muito para o trabalho infantil. Finaliza
1299 afirmando que é um trabalho que vai em todas as frentes.

1300 A Sra. Telma Maria Cardia cumprimenta todos e diz que sempre entendeu e que
1301 vai continuar entendendo que a capacitação é tudo e que precisam estar
1302 capacitados para poder tomar algumas prerrogativas. Afirma que concorda
1303 plenamente com o que foi colocado. Comenta que uma campanha é importante,
1304 mas que ela só vai ser importante se as pessoas forem capacitadas e não precisam
1305 ir muito longe: só aqui no estado de São Paulo, e ela diz que está na cidade de
1306 Guarulhos, há várias crianças nos faróis, um local no qual se entende que há uma
1307 capacitação grande, pois há vários conselheiros tutelares, mas continuam vendo
1308 crianças, nos faróis, vendendo água, vendendo chocolate e, não é pouco não, são
1309 muitos. E pergunta se os conselheiros tutelares estão realmente capacitados e se
1310 não teriam que pensar a nível nacional a respeito disso porque é uma coisa
1311 absurda ver tantas crianças nos faróis e há vários conselheiros que deveriam ser
1312 capacitados para tirar essas crianças dessa situação de rua, situação de vendas
1313 dessas coisas, pois sempre há uma pessoa por trás deles, ou é mãe ou é tio que
1314 estão lá, ficam no cantinho e essas crianças ficam fazendo esse trabalho infantil.
1315 Diz que pensa que devem ter um trabalho muito, mas muito grande mesmo, para
1316 poder saber como vão fazer isso. Evitar que essas crianças realmente percam sua
1317 infância por estarem obrigadas a trabalhar nos faróis. Finaliza dizendo ser essa a
1318 sua colaboração e que fica perplexa quando vê que há muitas leis e essas leis não
1319 são cumpridas. Indaga sobre o que fazer e que esse é o caminho que tem que ser
1320 bastante pensado.

1321 O Sr. Roberto Padilha Guimarães diz que concorda plenamente e que, um dos
1322 instrumentos que vai apoiar isso, é o fluxo que está sendo feito no âmbito da
1323 Conaeti e que nele estarão, sem dúvida nenhuma, os papéis dos conselheiros
1324 tutelares. Afirma entender o posicionamento da Sra. Telma Maria Cardia e que
1325 vão capacitar os conselheiros tutelares, pois, realmente, o Conselho Tutelar é uma
1326 instituição essencial para o combate ao trabalho infantil e especialmente esse
1327 trabalho infantil referido no âmbito urbano que é um dos mais difíceis, se não, o



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

1328 mais difícil de ser combatido que é o que ocorre nas ruas. Comenta que esperam
1329 com esse trabalho, obviamente, que com todas essas construções porque também
1330 houve uma derrubada de muitas políticas públicas durante um largo período e que
1331 houve também a pandemia e que a construção normalmente demora muito mais
1332 do que a destruição. Acredita que estão no caminho certo, que o fluxo é
1333 importante, e até antecipando, comenta que acabou de conversar com a Sra.
1334 Maria Cláudia Falcão e que estão também com essa ideia de capacitação e que
1335 isso tem que ser trabalhado com os conselheiros, pois é importante buscar essas
1336 alternativas. Finaliza afirmando que concorda com todos os pontos. Em seguida,
1337 passa a palavra para a Sra. Marta Volpi.

1338 A Sra. Marta Volpi começa a falar que a Sra. Telma Maria Cardia traz uma realidade
1339 que é muito vivenciada em São Paulo, inclusive, não só pela questão do trabalho
1340 infantil, mas fazer uma denúncia é complicado. Conta que já tentou fazer uma
1341 denúncia e que ligou para um órgão e esse órgão determinou que primeiro tem
1342 que passar pela polícia. Ligou para a polícia e eles dizem que não irão porque isso
1343 é atribuição de fulano, e depois perguntam em qual região se localiza e então
1344 falam que não é no Sul, é no norte que você tem que ligar. Comenta que o
1345 denunciante não quer fazer essa via crucis, pois ele já está com medo, preocupado
1346 e ele precisa ligar em algum lugar que receba essa denúncia e que faça o
1347 encaminhamento. Afirma que essa capacitação não é somente para o Conselho
1348 Tutelar e que definir qual vai ser o papel no Conselho nessa questão do trabalho
1349 infantil é muito importante e até onde vai cada órgão, e que se a mesma ligar para
1350 polícia qual será o papel dela. Comentou que essa foi a sua primeira colocação na
1351 Conaeti inclusive porque também é uma questão que foi levada para o Conanda,
1352 pois precisam atender essa criança que está em situação de vulnerabilidade, que
1353 está com seus direitos violados e, quem vai fazer, é em outro momento, mas em
1354 um primeiro momento se você ligou para um determinado lugar, precisa ter uma
1355 mobilização porque tem uma criança sofrendo na outra ponta. Comenta que São
1356 Paulo tem esse tipo de problema e agradece a Sra. Telma Maria Cardia por ter
1357 trazido isso. E de fato o que o Sr. Roberto Padilha Guimarães coloca: pretende-se
1358 com o fluxo indicar quais são as funções de cada órgão, quem entra a partir de
1359 qual momento e, quem passa o bastão em qual hora porque, se não, são criados
1360 vácuos onde ninguém atua, onde ninguém sabe quem é que vai naquele momento
1361 encontrar essa criança no farol para fazer uma abordagem. E novamente ela
1362 agradece a Sra. Telma Maria Cardia que, por sua vez, responde perfeito e que ela
1363 pensa exatamente como a Sra. Marta Volpi e que é essa linha mesmo de
1364 pensamento.

1365 O Sr. Roberto Padilha Guimarães passa a palavra para a Sra. Katerina Volcov.



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

1366 A Sra. Katerina Volcov começa falando que, se não estiver enganada, o Ministério
1367 dos Direitos Humanos e Cidadania vai fazer uma formação com todos os
1368 conselheiros tutelares agora e que vai ter um módulo sobre o trabalho infantil e
1369 que isso é um ponto muito bom. Comenta que a maioria das organizações, que
1370 estão na Comissão, possuem sede na região sudeste e que sempre deixam a região
1371 norte em segundo plano. Há trabalho infantil em Guarulhos, há trabalho infantil
1372 em Campinas, há trabalho infantil em Aparecida, em Ribeirão Preto, em todo
1373 estado de São Paulo e em todos os estados do Brasil. Agora a Conaeti já sabe disso,
1374 e não há qualquer representação da região norte aqui. Reforça a necessidade de
1375 falar em nome das crianças e adolescentes do norte porque a Conaeti não tem
1376 uma organização que os represente e que, enquanto Fórum Nacional, há os fóruns
1377 estaduais lá e que estão fazendo um trabalho lá e que seria equivocado e muito
1378 antiético da parte dela deixar esse público que é também um público prioritário.
1379 Afirma que não queria fugir da pauta, mas que as crianças e adolescentes
1380 ribeirinhos, indígenas e quilombolas precisam também ser vistos e que é nesse
1381 sentido que ela reforça a necessidade de chamar os especialistas para falar do
1382 fator amazônico e, de repente, chamar o Fórum Estadual do Pará, do Amazonas
1383 para virem à Comissão comentar a dura realidade deles, ainda que a SIT tenha
1384 feito o trabalho de inspeção, foi lá e fez uma ação especial em relação ao açaí, mas
1385 que também há a cadeia produtiva do cacau, há as madeireiras, há as serralherias,
1386 a farinha de mandioca e uma série de produtos que acabam utilizando mão de
1387 obra infantil e, de fato, o que foi mencionado pelo Sr. Roberto Padilha Guimarães
1388 foi algo bem relatado lá, pelo secretário da educação ou diretor de educação, lá
1389 do município, dizendo que, quando chega essa época, os meninos não vão mais
1390 para escola. Eles percebem que está tendo a colheita porque começa a ter a
1391 evasão escolar e, aí se nota pelas faltas porque eles têm esse controle sistemático.
1392 O Sr. Roberto Padilha Guimarães afirma que o tema que a Sra. Katerina Volcov
1393 colocou já os leva para o próximo item da pauta e que ele também pensa que isso
1394 poderia ser uma coisa para ser trabalhada, pois estão no final do ano 2023 e
1395 pensando para a frente.

1396 O Sr. Roberto Padilha Guimarães comenta que a preocupação dele é a questão da
1397 capilaridade e que está se espelhando muito no trabalho que vem sendo feito pela
1398 Conatrae, que tem um grupo das Coetraes, em que existe essa conexão e essa
1399 capilaridade. Ele acha que a Conaeti não tem, nunca teve essa capilaridade, e por
1400 isso que ele volta ao tema que inclusive está na pauta que é o de pensarem um
1401 pouco se fomentariam as questões das Comissões Estaduais de Erradicação do
1402 Trabalho Infantil, como um espaço institucional dos estados, com as
1403 peculiaridades e problemas dos estados, estabelecendo fluxo dentro do fluxo



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

1404 nacional, mas sabendo ser fluxos dentro dos estados e considerando as
1405 peculiaridades de cada um. E ele diz que sempre volta na experiência que ele traz
1406 do Rio Grande do Sul que tem um Fórum muito atuante e tem uma Comissão
1407 Estadual muito atuante, que está elaborando um plano, que é um plano muito
1408 bem estruturado, e que a Comissão, de maneira institucional, toma iniciativas de
1409 fazer audiências públicas nos municípios, de fomentar as políticas públicas, de ir
1410 aos municípios onde não está funcionando. O Fórum Estadual participa da
1411 Comissão, trabalhadores participam da Comissão, empregadores, Ministérios
1412 Públicos, Cedica participam da Comissão ao espelho do que acontece na Conaeti
1413 com as mesmas representações. Comenta que, por isso, poderiam pensar, pois o
1414 Brasil é um país muito grande e, na sua opinião, precisam dessa capilaridade e
1415 claro que precisam da capacitação, mas precisam de instrumentos de gestão para
1416 o combate ao trabalho infantil e é aí que entram os fluxos, os planos e as
1417 comissões. Afirma que as comissões são o motor e que para sair da Conaeti e
1418 chegar em Macapá e alguma coisa começar a rodar tem que ter um braço lá.
1419 Afirma que sempre bateu nessa tecla e que essa deveria ser uma pauta da Conaeti
1420 e que não haveria ninguém que poderia fomentar isso a não ser a própria Conaeti:
1421 fomentar os estados a fazerem comissões estaduais. Comenta que, inclusive, já
1422 trocou uma ideia de que devem buscar outras épocas para se espelharem
1423 também, levar a importância das comissões a encontros regionalizados. Ele
1424 acredita que já deveriam tratar desse assunto e mesmo que decidam que não vão
1425 estabelecer capilaridade, hoje não há sequer um mapeamento desses
1426 instrumentos de gestão no Brasil. Hoje não se sabe onde há um fluxo estadual,
1427 comissão, ele sabe que há no Rio Grande do Sul, planos também, há um aqui, outro
1428 ali. Não há um trabalho sistematizado, cada estado fazendo o seu caderno de
1429 encargos: ter o seu plano, a sua comissão, o seu fluxo. Finaliza dizendo que
1430 acredita que os instrumentos de gestão são um ponto de partida. Em seguida,
1431 passa a palavra para a Sra. Marta Volpi.

1432 A Sra. Marta Volpi diz achar que, nessa questão, seria legal a Conaeti fazer uma
1433 conversa conjunta com o Conanda porque, no final, essas pautas se encontram lá
1434 nos municípios: a mesma criança que está em situação de trabalho infantil é a
1435 criança que está sem vacina, é a criança que não vai para a escola. Então, depois
1436 para ter um trabalho bem efetivo, terão que envolver o CMDCA que fazem o
1437 controle das políticas nos municípios e aí ela diz que já é importante pensarem no
1438 fortalecimento e na criação de comissões onde não há, a respeito do trabalho
1439 infantil, já pensar nessa interlocução. Propõe que façam uma conversa conjunta
1440 com o Conanda que, inclusive, está nesse trabalho de fortalecer os conselhos
1441 tutelares, o Ministério dos Direitos Humanos e que podem aproveitar esse



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

1442 momento. Há questões que o Conanda quer trazer para cá também para
1443 trabalharem conjuntamente. Acredita que essa deveria ser uma iniciativa da
1444 Conaeti: chamar o Conanda para compor.

1445 O Sr. Roberto Padilha Guimarães diz que está perfeito e que outra questão que ele
1446 queria chamar atenção é que o Cedica, no Rio Grande do Sul, atua junto com a
1447 CEPETI de uma maneira totalmente integrada e, todo plano, fluxo que sai da
1448 CEPETI passa pelo CEDICA. É um fluxo totalmente harmonioso.

1449 A Sra. Marta Volpi diz que a Conaeti pode levar toda boa prática para que consigam
1450 integrar isso em outros espaços também, pois um ponto que se discute bastante
1451 no Conanda é a questão da intersectorialidade para as pessoas conversarem e tudo
1452 isso acaba sendo difícil na ponta. Afirma que começar fazendo esse diálogo já
1453 estão acertando.

1454 O Sr. Roberto Padilha Guimarães diz perfeito e pergunta se há mais algum
1455 comentário ou observação. Afirma que podem deixar, como encaminhamento,
1456 começarem a conversar essas questões e a pensar nesse desenvolvimento. Em
1457 seguida, passa a palavra para a Sra. Andreia Figueira Minduca.

1458 A Sra. Andreia Figueira Minduca deseja boa tarde para todos e todas e começa a
1459 falar que acerca da questão de estruturas locais de combate ao trabalho infantil,
1460 ela acha que podem tomar como referência também as comissões estaduais para
1461 erradicação do trabalho escravo e que talvez um caminho que podem pensar é,
1462 dentro Ministério dos Direitos Humanos, inicialmente quando foi criada a
1463 Conatrae já houve todo um movimento para criar as comissões estaduais, essas
1464 estruturas locais. Mas, em determinado momento, em 2016, houve a edição do
1465 Pacto Federativo para Erradicação do Trabalho Escravo, houve uma reunião com
1466 a Flávia Piovesan, com vários Secretários Estaduais de Direitos Humanos em que
1467 foi proposto um pacto federativo para erradicação do trabalho escravo. Havia ali
1468 alguns compromissos dentro desse pacto e um deles era a criação de estruturas
1469 locais, de comissões estaduais para erradicação do trabalho escravo, além do
1470 apoio ao conceito e outros compromissos ali estabelecidos. E o Ministério dos
1471 Direitos Humanos tinha como papel fomentar essa criação por meio de apoio
1472 técnico. Então, talvez seja um caminho, ela conta que logo quando chegou foi feito
1473 isso e que teriam que ver como isso seria dividido, e que, naquele momento, ficou
1474 basicamente por parte da Coordenação, mas sabe das limitações de cada um. Ela
1475 conta que era um trabalho meio de telemarketing, de ligar para os estados e falar
1476 sobre a existência do Pacto e perguntar se o estado gostaria de assinar e fizeram
1477 um evento, o pacto foi assinado no CNJ, com a Ministra Cármen Lúcia. Comenta
1478 que conseguiram quinze assinaturas naquele momento e, logo depois, tiveram a
1479 criação de sete comissões estaduais e que agora esse pacto foi atualizado e



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

1480 recentemente houve o sétimo encontro das comissões estaduais. Ressalta que
1481 ainda estão nesse processo e mesmo os estados que assinaram, como houve uma
1482 rotatividade com relação à gestão, estão fomentando também a assinatura por
1483 parte dos estados, mesmo os que assinaram, mas como uma forma de reforçar,
1484 pois alguns estados criaram as comissões, mas ainda não foram instaladas, então,
1485 seria para fomentar a instalação também. Comenta que tiveram um excelente
1486 resultado depois desse pacto – foram sete decretos criados no âmbito de todo
1487 Brasil. Ela complementa informando que era algo muito simples, basicamente era
1488 um compromisso político muito mais do que um documento formal de obrigação
1489 para os estados.

1490 O Sr. Roberto Padilha Guimarães agradece e comenta que a experiência que o
1491 Ministério dos Direitos Humanos teve na constituição das Coetraes é muito
1492 importante e com certeza querem saber mais ainda do que foi feito, e
1493 considerando também a peculiaridade que vai tendo a Comissão de Erradicação
1494 do Trabalho Infantil, haverá essa intersecção direta com as comissões dos direitos
1495 das crianças dos estados e dos municípios. Então, terão essa peculiaridade, mas
1496 sem dúvida essa experiência vai ser de muita valia para poderem trabalhar esse
1497 tema. Agradece e pergunta se há alguma manifestação, ninguém se manifesta. Em
1498 seguida, ele diz que vai deixar como encaminhamento então comecem a
1499 conversar para dar início a essa construção e que depois podem pensar em uma
1500 agenda e, por falar em agenda, ele acha que podem antecipar o item de pauta que
1501 é da agenda das reuniões porque já são quase 17h30 e pelo menos uma missão
1502 que deverá ser cumprida é a de saírem com a agenda do próximo ano pronta.
1503 Comenta ser importante porque toda questão logística da reunião, inclusive, sala,
1504 recursos etc. dependem desse planejamento antecipado. Ele lembra que os
1505 grupos de trabalho continuam funcionando em janeiro e fevereiro, e que a
1506 proposta de uma agenda ordinária, não é extraordinária, pois as reuniões
1507 extraordinárias exigem um prazo prévio de marcação, logo, essas não vão estar na
1508 agenda. É uma agenda das atividades ordinárias. Afirma que estavam pensando o
1509 seguinte: a primeira reunião ordinária no dia 07 de março, pois haverá reunião dos
1510 grupos, vai ter carnaval e vai acabar acumulando, é importante que os grupos já
1511 estejam bem avançados. As reuniões ordinárias são híbridas. Comenta que,
1512 certamente, antes disso, talvez haja uma extraordinária, mas não foi marcada
1513 porque tem a questão do carnaval no meio e o final de férias e aí fica um pouco
1514 atribulado. Ressalta que a primeira reunião será no dia 07 de março, no mesmo
1515 horário da reunião de hoje, e que o local será confirmado depois. Segunda data:
1516 09 de maio.



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

1517 A Sra. Iara Alvarenga Freire pergunta se vão manter o formato híbrido e o Sr.
1518 Roberto Padilha Guimarães responde que sim.

1519 O Sr. Roberto Padilha Guimarães prossegue dizendo que, no mês de junho, e que,
1520 em princípio, é de dois em dois meses, mas, no mês de junho, sabendo que tem
1521 todo o mês de junho, estavam pensando, se possível, em alguma reunião ou algum
1522 evento, relacionado à Conaeti. Explica que a ideia seria a de não marcar uma data
1523 por enquanto e de realizarem um evento da Conaeti ou uma audiência em junho.

1524 A Sra. Katerina Volcov pergunta se poderia ser no final do mês de junho, porque,
1525 inclusive, daria para fazer uma avaliação.

1526 O Sr. Roberto Padilha Guimarães responde que pode ser e que poderia deixar em
1527 aberto e aí definir, mas pode ser.

1528 A Sra. Katerina Volcov diz que a Conaeti tem muita coisa para fazer na semana do
1529 dia 10 ou do dia 17 e que, geralmente, essas duas semanas são mais tensas, pois
1530 tem muita audiência, tem isso, tem aquilo, tem o outro, mas, em geral, na última
1531 semana do mês, ela abaixa um pouco e depois, no mês de julho, tem o aniversário
1532 do ECA. Conclui dizendo que há todas essas questões.

1533 O Sr. Roberto Padilha Guimarães cita que a proposta fica registrada em ata e que
1534 deixa em princípio sem data porque até lá depende do que o grupo vai querer
1535 planejar. Conclui dizendo que deixarão em aberto e que, em junho e, em princípio,
1536 terão uma data para a Conaeti e a proposta da Sra. Katerina Volcov seria mais para
1537 o fim do mês e que então está registrado. Em seguida, propõe que a próxima data
1538 da reunião ordinária seja 11 de julho.

1539 A Sra. Katerina Volcov diz que é uma data ruim e após o Sr. Roberto Padilha
1540 Guimarães perguntar o porquê, ela responde que é por causa do 13 de julho. Ela
1541 diz que vai ficar difícil para a maioria das pessoas presentes e cita o Conanda
1542 rapidamente como exemplo.

1543 A Sra. Marta Volpi comenta que eles ainda não têm o calendário do Conanda, mas
1544 que, geralmente, é nessas semanas dos dias 15, 16.

1545 O Sr. Roberto Padilha Guimarães diz compreender e indaga se seria 15 ou 16 de
1546 julho.

1547 A Sra. Marta Volpi responde que, em todos os meses, nessa semana, geralmente,
1548 ocorre a Assembleia do Conanda e explica que eles ainda não têm o calendário de
1549 2024, mas que, geralmente, nessas semanas, estará um caos para o Conanda.

1550 O Sr. Roberto Padilha Guimarães sugere dia 18 de julho. Todos concordam. Depois,
1551 ele anuncia a próxima data: 12 de setembro e, em seguida, 07 de novembro e que
1552 se for necessária uma reunião de fechamento do ano em dezembro, poderão
1553 marcar uma reunião extraordinária, deixando dezembro, em princípio, em aberto.
1554 Comenta que poderão fazer uma reunião online e pensar na agenda do próximo



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

1555 ano etc. Ele fala que será sempre às 14h. Em princípio, das 14h às 17h. Em seguida,
1556 ele comenta que há mais um ponto de pauta, mas que não sabe como todos estão
1557 de tempo e propõe que encerrem e que passem o tema para a próxima reunião.
1558 Explica que o ponto de pauta que faltou é o relatório do departamento dos Estados
1559 Unidos. Alguém pergunta se seria um informe e ela diz que sim. Decidem por
1560 prosseguir a pauta então.

1561 O Sr. Roberto Padilha Guimarães explica que, para quem não sabe, em todos os
1562 anos, o Departamento de Trabalho dos Estados Unidos faz, não só com o Brasil,
1563 mas com vários países do mundo, um relatório sobre piores formas de trabalho
1564 infantil, eles avaliam as atuações das instituições, eles avaliam várias questões,
1565 fazem um relatório citando os avanços ou não do país. Em geral, quem avalia esse
1566 relatório é o Ministério do Trabalho e Emprego. Há questões que sempre se
1567 repetem e há algumas que ele quer trazer para o grupo. Ele explica que o
1568 Departamento estabelece uma lista de produtos do Brasil em que haveria trabalho
1569 infantil e um dos produtos que entrou para a lista do Departamento de Trabalho
1570 Americano foi a questão do açaí e explica que esse relatório foi de 2022 e que
1571 sempre vem com um *gap*. Ele menciona que o Departamento de Trabalho
1572 Americano concluiu que o Brasil teve um avanço moderado por dois motivos: um
1573 motivo foi a política de distribuição de renda que teve, foram os valores que foram
1574 colocados especialmente na época da pandemia, como o Auxílio Brasil - esses
1575 valores que até 2022 ele diz achar que tinha, o Bolsa Família é a política, claro que
1576 é uma política um pouco diferente. E o outro motivo é a atuação da Inspeção do
1577 Trabalho, em que eles destacaram que noventa por cento do trabalho infantil
1578 retirado pela Inspeção do Trabalho foi de crianças e adolescentes nas piores
1579 formas. Então, eles colocaram um avanço moderado por causa dessas questões:
1580 melhoraram os números de combate ao trabalho infantil e o percentual alto de
1581 crianças retiradas nas piores formas. Em seguida, ele passa a palavra para o Sr.
1582 Lucas Marinho Lima.

1583 O Sr. Lucas Marinho Lima pergunta ao Sr. Roberto Padilha Guimarães se o relatório
1584 foi do ano de 2021 ou 2022.

1585 O Sr. Roberto Padilha Guimarães responde que esse relatório é de 2022 e que eles
1586 sempre divulgam do ano interior.

1587 O Sr. Lucas Marinho Lima agradece.

1588 O Sr. Roberto Padilha Guimarães comenta que o Relatório deixa bem claro que o
1589 Brasil não teve um avanço alto e que não é classificado como um avanço por causa
1590 disso. Explica que eles também interpretam nossas normas. Ele afirma que está
1591 com a versão mais curta do Relatório, mas que está completo. Cita que, primeiro,
1592 eles recomendam questões da estrutura jurídica do país e explica que isso



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

1593 envolveria assegurar que as leis não requeiram o uso de ameaça, violência,
1594 coerção, fraude ou abuso para tipificar o crime de tráfico infantil - o tráfico infantil
1595 não precisaria para a tipificação da qualificadora de ameaça, violência, coerção,
1596 fraude ou abuso. Na interpretação deles, pelas leis do Brasil, teria que haver o uso
1597 de ameaça, violência, coerção, fraude ou abuso para qualificar o tráfico de
1598 crianças. E, o Sr. Roberto Padilha Guimarães comenta que a justificativa é mais do
1599 que justa, pois, por se tratar de criança, não precisaria da qualificadora. Ele explica
1600 que esse seria um ponto e que não irá discutir a fundo cada um deles, mas que ele
1601 trouxe o Relatório e que, se entenderem que seria o caso de se debruçarem sobre
1602 cada ponto, verificarem a norma e até mesmo fazerem uma proposta, pode ser
1603 também. Ele explica que o objetivo do Relatório não é o cumprimento, mas uma
1604 crítica externa e que, se quiserem, podem analisar essas questões. E segue para o
1605 segundo ponto do Relatório: garantir que a lei proíba criminalmente o
1606 recrutamento de crianças menores de 18 anos, por grupos armados não estatais.
1607 Ele explica que esse item foi criticado pelo Ministério do Trabalho por três
1608 motivos: primeiro, “grupos armados não estatais” no caso, eles não estão se
1609 referindo, por exemplo, ao tráfico e que são questões relacionadas a conflitos, por
1610 exemplo, os que existem nos países da África. E, no Brasil, o ECA considera crime
1611 qualquer acesso a arma para uma criança ou adolescente. Não é preciso haver um
1612 conflito armado, basta acessar a arma, é crime. Comenta que não está na Lista TIP
1613 (Decreto n. 6481, de 2008), mas está na parte anterior que menciona exatamente
1614 a questão do recrutamento por grupos armados, e que está entre as piores formas
1615 de trabalho infantil. Finaliza o ponto dizendo que criticaram por esses pontos, mas
1616 que essa foi uma crítica deles para o Brasil. Em seguida, menciona que a próxima
1617 questão vem sendo batida não só nesse Relatório, mas em vários relatórios e que
1618 é uma questão para ser pensada: a idade mínima para o trabalho no Brasil é de 16
1619 anos e eles dizem que a nossa idade mínima tem que acompanhar *pari passu* a
1620 escolaridade obrigatória e que hoje não acompanha. Ele explica que há uma
1621 priorização da escola, pois há dispositivos da CLT que mencionam que o trabalho
1622 não deve prejudicar a educação. Prioriza-se sempre a educação, mas a crítica é
1623 essa: *pari passu*, a nossa idade mínima não está, não bate com a idade da
1624 escolaridade obrigatória. Outro ponto mencionado no Relatório é sobre o
1625 aumento de auditores fiscais do trabalho. Comenta que vai ter um concurso para
1626 950 auditores e que o Relatório menciona o número mínimo de 7.000 inspetores
1627 do trabalho e que o Brasil possui um efetivo total de 1.500 a 1.600, mais ou menos.
1628 Ele explica que eles utilizam um critério geral para analisar todos os relatórios e
1629 que eles querem que a realidade fática se adeque ao Relatório. Mas, há uma
1630 questão que é considerar trabalho infantil como crime, e aí claro, existem figuras,



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

1631 tipos de trabalho infantil que são considerados diretamente como crime no Brasil,
1632 mas, o trabalho infantil *per si* ainda não é qualificado como crime. Em seguida,
1633 passa a palavra para a Sra. Marta Volpi.

1634 A Sra. Marta Volpi diz que há um PL tramitando com esse conteúdo na Câmara e
1635 que a crítica a esse PL é a previsão, em um dos dispositivos, que responderão
1636 igualmente o pai, a mãe, o tutor, guardião, responsável legal que permitir o
1637 trabalho infantil, o que irá conflitar com uma realidade de miséria e, ainda por
1638 cima, que vai resultar em prisões dessa classe trabalhadora e no acolhimento das
1639 crianças. Então, a grande batalha é para pensar em uma forma de se criminalizar
1640 isso, sem que se criminalize também a família e o grande debate é que a justiça
1641 criminal não trabalha com encaminhamento para serviços de apoio, ela condena
1642 ou absolve. Finaliza com a indagação sobre quem faria essa análise em relação à
1643 família que precisa de programas de apoio como diz o ECA.

1644 O Sr. Roberto Padilha Guimarães comenta que poderiam criar um tipo penal que
1645 não abrangesse esse tipo de caso, porque claro ainda têm algumas críticas como
1646 a questão de punições de crimes de trabalho análogo ao de escravo, que também
1647 envolve adolescentes. Agora no Pará, há pouco tempo, foram encontrados alguns
1648 casos e, realmente, a punição criminal para trabalho análogo ao de escravo precisa
1649 ser melhorado nessa parte. E prossegue no Relatório explicando que eles criticam
1650 coleta de dados que envolvam tráfico humano para exploração sexual para que
1651 seja desagregado por idade. Afirma não saber se há algum problema com
1652 divulgação de dados sobre tráfico humano e que também não colocaria. O
1653 Relatório também cita a garantia de que sejam realizadas as atividades para
1654 implementação do plano nacional de prevenção e erradicação para o trabalho
1655 infantil e divulgar os resultados das atividades implementadas durante o decorrer
1656 da execução do plano. Comenta que isso é algo que podem pensar para o decorrer
1657 do próximo plano: uma divulgação que não precisa ser na forma como colocaram
1658 no Relatório, mas uma divulgação anual sobre o estágio de execução do plano.

1659 A Sra. Marta Volpi comenta que até pela questão de transparência isso seria
1660 muito importante.

1661 O Sr. Roberto Padilha Guimarães cita que outra questão criticada pelo Relatório é
1662 que o PETI em um município não estaria sendo executado a contento.

1663 A Sra. Luísa Carvalho Rodrigues pergunta se sobre esse ponto teria que repactuar
1664 o financiamento com os municípios.

1665 E o Sr. Roberto Padilha Guimarães responde que sim, que seria mais ou menos
1666 isso. E como último ponto do Relatório: garantir que o governo publique os
1667 resultados da Pesquisa Nacional sobre o Trabalho Forçado. Comenta que algumas
1668 questões ficaram fora do quadro, mas que as questões principais como



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

1669 escolaridade, idade mínima para o trabalho, aumento do efetivo de inspetores do
1670 trabalho e a questão do crime de tráfico infantil são importantes e a Comissão
1671 pode dar uma atenção. Ressalta que o importante é ter trazido esse Relatório para
1672 terem conhecimento de que ele existe, de que traz essas informações, que
1673 existem recomendações e que podem dar atenção a alguns pontos. Em seguida,
1674 ele passa a palavra para a Sra. Katerina Volcov.

1675 A Sra. Katerina Volcov comenta que sempre que escuta um relatório vindo de
1676 outro país, ela fica pensando que o Brasil tem os relatórios RPU, os relatórios LUZ,
1677 os relatórios alternativos dos direitos. Ela cita o exemplo do Relatório Alternativo
1678 dos Direitos da Criança e do Adolescente que foi feito agora e está sendo
1679 divulgado. Há também os relatórios que a sociedade civil faz e encaminha para
1680 Genebra, encaminha para a Organização das Nações Unidas. E ela diz que chama
1681 a sua atenção os Estados Unidos fazerem um relatório e indaga qual seria o
1682 objetivo e que gostaria que o Sr. Roberto Padilha Guimarães respondesse. E, para
1683 concluir, disse que fica imaginando se nós resolvêssemos fazer um relatório, mas
1684 que não conseguimos fazer sequer os nossos próprios monitoramentos, imaginem
1685 fazer o do trabalho infantil nos Estados Unidos, mas que seria interessante
1686 fazermos também porque lá há bastante trabalho infantil, inclusive, eles estão
1687 reduzindo a idade para o trabalho. Ela confessa que lhe causa uma certa
1688 contradição, porque qual o objetivo do Departamento de Trabalho dos Estados
1689 Unidos vir falar o que nós devemos fazer, se eles, inclusive, não olham direito. Eles
1690 têm lá uma série de denúncias de montadoras de automóvel, de empresa de
1691 tecnologia que utilizam trabalho infantil e vem falar do nosso país!

1692 O Sr. Roberto Padilha Guimarães acrescenta que há também em frigoríficos. Ele
1693 explica não ter exatamente a resposta, mas que, com relação aos produtos, há a
1694 possibilidade de sanções econômicas com os produtos por questões de violação
1695 de Direitos Humanos, pois é um relatório que eles fazem de todos os países e que
1696 seria como uma lista negra de produtos e que isso foi uma crítica nossa sobre a
1697 fonte de dados utilizada para fazer essa lista porque, na verdade, a fonte de dados
1698 principal não é do IBGE, são dados que vêm de vários pontos. Explicou que inseriu
1699 os dados do IBGE no relatório de resposta e que obviamente há uma proporção
1700 grande de trabalho urbano, como se referiu a Sra. Telma Maria Cardia sobre
1701 pessoas nas ruas, no lixão etc. e que algumas atividades econômicas vão ter
1702 números, mas, se for considerada a proporção total do trabalho infantil no Brasil,
1703 a comparação do urbano é bem maior, mas o produto com a proporção menor
1704 acaba entrando e, às vezes, entra com uma notícia da imprensa. Ele explica que
1705 tudo isso foi criticado e que trouxe o tema só para terem conhecimento dessa
1706 questão. Em seguida, pergunta se há mais algum comentário. Como não houve



COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

1707 manifestações, deu a reunião por encerrada e disse que encaminhará o relatório
1708 para os membros da Comissão e que deseja a todos e a todas uma ótima semana
1709 de trabalho e, se não se falarem diretamente, um ótimo final de ano, um ótimo
1710 natal e que 2024 seja muito produtivo na Comissão e que terão, no ano que vem,
1711 se Deus quiser, o Plano e o Fluxo e que vão trabalhar com foco nisso, e finaliza
1712 agradecendo a presença de todos e de todas.
1713
1714
1715